



ELQ


PORTE
PAGO

ANO X
N.º 123
MENSAL
JULHO
1984
PREÇO 20\$00

ÓRGÃO DA ASSOCIAÇÃO DOS DEFICIENTES DAS FORÇAS ARMADAS

DIRECTOR: J. EDUARDO L. CASCADA

XV CONGRESSO MUNDIAL DA REABILITAÇÃO INTERNACIONAL TERMINOU SEM CONCLUSÕES EXPLÍCITAS



Durante a sessão de encerramento do congresso

- **UM CONGRESSO IGNORADO PELA SOCIEDADE PORTUGUESA** PÁG. 12
- **DISCURSO DO MINISTRO DE ESTADO NA SESSÃO DE ENCERRAMENTO** PÁG. 6
- **A DEFICIÊNCIA ESTÁ NOS OLHOS DOS OUTROS** PÁG. 7

ANTEPROJECTO DE NOVA LEI ORGÂNICA DO SECRETARIADO NACIONAL DE REABILITAÇÃO PRONTO PARA APROVAÇÃO

PÁG. 3



Durante a tarde cultural no convívio

CONVÍVIO NACIONAL DE SÓCIOS EM VILA DO CONDE TEVE GRANDE IMPACTO JUNTO DA POPULAÇÃO

- **PRESENTES MAIS DE 800 PESSOAS**
- **PROVA SE CICLOTURISMO
COM MAIS DE 210 PARTICIPANTES**

PÁG. 5

ESCLARECIDAS INTERFERÊNCIAS PARTIDÁRIAS NA ADFA

PÁG. 2

EM COMUNICADO TORNADO PÚBLICO

DIRECÇÃO CENTRAL DESMONTOU NOTÍCIAS

DETURPADORAS DA ACTUAL ORIENTAÇÃO DA ADFA

Passaram a surgir, nos últimos tempos, com alguma insistência, em alguns jornais, especialmente no «Diário de Lisboa», notícias e artigos deturpadores da actual orientação da Associação.

Em 25 de Abril, o «Diário de Lisboa» publicou um artigo em que trazia algumas apreciações sobre questões internas da Associação totalmente falsas, tendentes a prejudicar a imagem da ADFA no exterior e a criar desestabilização internamente. A esse artigo, a ADFA respondeu com um comunicado que o «Diário de Lisboa» se negou a publicar. Este comunicado veio transcrito no «Elo» de Maio passado.

Esta interferência do «Diário de Lisboa», por iniciativa, em princípio, do próprio autor do artigo (Manuel Geraldo), verificou-se na altura em que a ADFA se encontrava empenhada nas comemorações do 10.º aniversário, procurando muito especialmente, reafirmar a sua imagem pública.

Em 9 de Abril, o «Diário de Lisboa», com grande destaque, noticiou a realização de uma conferência de Imprensa promovida, na Casa do Alentejo, por «um grupo de deficientes das Forças Armadas». Este grupo, integrado por alguns dos sócios suspensos por dois anos na Assembleia Geral Nacional de 14 de Janeiro último, veio a público protestar contra essa mesma suspensão e, ao mesmo tempo, afirmar-se defensor da «liberdade contra a repressão associativa na ADFA». Acusou a Direcção Central de estar «enfeudada ao Poder» e de ter transformado a Associação numa «mera repartição pública». Este grupo de sócios, auto-designados «elementos fundadores da ADFA», disse, segundo o «Diário de Lisboa», que a Associação «tem vindo a pautar a sua trajectória pela abdicação dos seus objectivos e enfeudamento progressivo ao Governo». Depois de se referirem às reivindicações ainda não satisfeitas, os promotores da conferência de Imprensa afirmaram contestar «a actuação da actual Direcção da ADFA».

Segundo refere o próprio «Diário de Lisboa», o grupo promotor da conferência de Imprensa era constituído pelos associados Sá Flores, Maurício, Carmo Vicente, Varela, Armando e Almiro Correia (estes dois últimos suspensos por dois anos).

O «Diário de Lisboa», como referido, deu grande realce a esta conferência de Imprensa.

Procurando contribuir para um melhor esclarecimento da opinião pública, a Associação dos Deficientes das Forças Armadas considera oportuno tornar claros alguns aspectos relacionados com a sua orientação e os objectivos que vem perseguindo, deliberadamente deturpados por alguns jornais ultimamente.

A ADFA, criada exclusivamente com a finalidade de promover a reintegração social dos deficientes seus associados, tem sido, desde a primeira hora, alvo de cobiça de forças políticas, que procuram refirir da oportunidade de falarem em nome dos Deficientes das Forças Armadas crédito moral perante a população.

Não foi sem algumas dificuldades que a ADFA conseguiu, ao longo destes 10 anos, manter a coerência dos seus princípios, furtando-se aos braços tentaculares que se têm multiplicado no seu caminho.

A identificação da ADFA com os ideais do 25 de Abril; a revolta dos Deficientes das Forças Armadas face ao aproveitamento deles feito pelo regime, que os lançou numa guerra sem sentido, onde se deficientaram, e posteriormente os marginalizou e escondeu da população; a esperança manifestada pela Associação na construção de uma sociedade mais justa e mais fraterna, onde os deficientes sejam cidadãos de estatuto inteiro; a filosofia da reabilitação perfilhada e defendida, onde se realça que não é só através do aproveitamento e ampliação das capacidades do deficiente que se consegue a integração plena, mas que a reabilitação deve actuar fora do próprio deficiente, mudando hábitos e rotinas das pessoas, clarificando sentimentos, corrigindo comportamentos, alterando

as estruturas mentais da colectividade com uma incidência fundamentalmente cultural; tudo isto criou a veleidade em certas forças políticas de que a ADFA era presa fácil de conquistar e dominar.

Esqueceram-se que esta actuação da ADFA brota do fundo do sentir dos seus sócios como cidadãos ofendidos e revoltados com a marginalização e tem em vista apenas o seu reconhecimento no seio da colectividade como seres humanos totais. A filosofia e actuação da ADFA nunca tiveram, não têm, nem nunca terão nada a ver com princípios ideológicos ou estratégias de poder.

Este posicionamento é claramente evidenciado pela ADFA na sua actuação prática, nas actividades que desenvolve, nas relações com os órgãos de soberania, onde defende as suas reivindicações e, muito especialmente, no âmbito das estruturas oficiais da reabilitação, onde o seu comportamento é bem conhecido. Não necessitará, pois, de se justificar perante ninguém. Mas certas campanhas, ciclicamente surgidas em alguns jornais, especialmente em «O Diário» e «Diário de Lisboa», obrigam-nos a fazer algumas clarificações e a desfazer algumas confusões.

Procurar insinuar publicamente que a Direcção da ADFA está enfeudada ao poder, que os sócios se movimentam para alterar as linhas de orientação traçadas, que a Associação se encontra desinserida da luta geral dos deficientes portugueses, são formas infelizes, pouco imaginativas e desesperadas, utilizadas pela força política que há muito tempo vem apertando o cerco à ADFA, para compensar a falta de apoio e crédito ao número reduzido dos seus militantes simultaneamente sócios na sua

tentativa de manipulação e controle.

Poucos e maus associados, que dentro da ADFA não se assumem como sócios, mas sobretudo como militantes do seu partido, este pequeno grupo vem progressivamente esgotando a paciência da massa associativa, que entende a Associação com autonomia e independência, empenhada exclusivamente na defesa dos seus interesses.

No Portugal de Abril, o Partido Comunista Português, que sempre se reclamou e reclama natural dono de tudo que emanou da revolução dos cravos, desde o MFA às conquistas populares, não se conforma com a existência de uma Associação de deficientes de uma guerra injusta, revoltada por natureza contra o regime fascista e claramente centrada nos ideais de Abril, que fuja ao seu controle. Não pode aceitar que nas suas actividades partidárias públicas não enfileirem os Deficientes das Forças Armadas, ao lado de alguns deficientes civis docilmente controlados e asfixiados.

O Partido Comunista Português não descansa, através dos seus militantes sócios da Associação e dos seus órgãos de informação, enquanto não vir reduzida a ADFA ao papel de algumas Associações de deficientes civis, que perderam toda a capacidade de intervenção na área da reabilitação, empenhadas apenas em acompanhar os passos do partido no caminho para o poder, vislumbrado aí o paraíso que vão prometendo aos deficientes.

A ADFA tem ideais claros quanto à integração social dos deficientes, e, por isso, luta no campo certo, esgotando, em primeiro lugar, as possibilidades de diálogo com as entidades responsáveis, adoptando, depois, com firmeza, outras formas de

luta, como já o provou algumas vezes, evidenciando perante a opinião pública a razão dos deficientes e a má vontade dos governos, procurando forçar estes a adoptar as medidas pretendidas.

Com esta actuação, a ADFA não conseguiu ainda alcançar todos os seus objectivos, mas obteve resultados invejados pelas organizações que prosseguem uma actividade exclusivamente política.

Reproduzimos, a seguir, na íntegra, o teor deste comunicado, que foi elaborado no dia 6 de Junho passado.

Igualmente com realce se lhe referiu «O Diário». Outros jornais dedicaram-lhe também atenção, mas com menos destaque.

No dia 21 de Maio, o «Diário de Lisboa», novamente com grade realce, noticiou a realização de «um almoço de confraternização de cerca de setenta associados» e ainda com «a presença do major Calvino «que, segundo diz, embora não corresponda à verdade, «foi o 1.º presidente da organização». Tratou-se de «um almoço de confraternização e de trabalho dos chamados históricos da ADFA», refere. Nesta reunião, segundo o «Diário de Lisboa», os participantes concluíram que a ADFA vem seguindo uma política de «enfeudamento progressivo ao Poder».

Neste encontro terá sido decidida a criação de um movimento de sócios a nível nacional, para o qual elegeram uma comissão coordenadora central, com representação em todas as delegações e núcleos da ADFA, integrada pelos seguintes elementos: capitães Guerra, Maurício, Raimundo, Varela, Bento, 1.º sargento Carmo Vicente e Sá Flores».

Ainda durante o almoço de confraternização, segundo o «Diário de Lisboa», «os elementos da Comissão Coordenadora Central pronunciaram-se contra a estética e significado de um monumento aos deficientes da guerra colonial», inaugurado no 10.º aniversário. Acusam que «o monumento mais parece um símbolo de exaltação vitoriosa aos que participaram no conflito, do que a crítica e condenação à guerra».

Perante este desusado tratamento dos assuntos da ADFA na Imprensa, e com muito especial realce no «Diário de Lisboa» e em «O Diário», a Direcção Central enviou um esclarecedor comunicado aos órgãos de informação, onde se desmota este artificial movimento, sem qualquer expressão interna, mas que poderia levar à criação de falsas realidades, sobretudo junto da opinião pública, onde a imagem da ADFA carece de especial rigor.

Desse comunicado, a que alguns jornais se referiram, especialmente o «Diário Popular» (um dos jornais de maior expansão), foi dado conhecimento às diversas entidades com quem a ADFA tem relações e que, elas também, devem da Associação possuir uma imagem que seja fiel à realidade.

Reproduzimos, a seguir, na íntegra, o teor deste comunicado, que foi elaborado no dia 6 de Junho passado.

PCP ASSUME INTERFERÊNCIA NA ADFA

O Partido Comunista Português, em posição pública, divulgada por «O Diário» na edição de 2 de Julho, vem reconhecer a sua ligação às actividades de alguns sócios da ADFA, que, desde há bastante tempo, têm um comportamento essencialmente partidário no interior da Associação.

Isto sucede no âmbito do protesto do Organismo de Deficientes do Comité Local de Lisboa do PCP «pelo teor anticomunista de um comunicado subscrito pela Direcção Central da ADFA», conforme refere «O Diário». Trata-se do comunicado publicado na íntegra neste número do «Elo».

Diz «O Diário» que, «segundo uma nota do Organismo de Deficientes do CLL, esta tomada de posição é motivada pelo respeito que lhe merece a massa associativa da ADFA e que os militantes comunistas não confundem com o grupo de arrivistas que hoje dirigem aquela Associação».

Trata-se, realmente, de uma posição frontal e sadia, apenas pecando por tardia. Há muito que as coisas deveriam ter sido colocadas neste pé, valendo a verdade acima de tudo. O que não estava correcto era misturar interesses partidários com a prática associativa, procurando esconder aqueles atrás desta.

Fica agora confirmado pelo próprio a interferência do PCP na ADFA através de alguns sócios seus militantes. Assim se deverão apresentar, eles ou os sócios de qualquer outra força política que aqui se possa organizar, colocando à consideração dos associados a via da partidização da Associação, que estes aprovarão ou não. Aliás, não se trata de nada de estranho, já que na maioria das organizações portuguesas assim sucede: os projectos à escolha coincidem normalmente com a opção por este ou aquele partido político. Em democracia isso é possível e é formalmente correcto. Só que na ADFA tem-se repudiado essa prática, entendendo a maioria dos sócios que é possível uma coexistência de todos os Deficientes das Forças Armadas, independentemente das suas opções ideológicas, no mesmo espaço e à volta do mesmo projecto, já que têm em comum a deficiência e os problemas que esta acarreta. Este traço, o único que motivou a sua congregação na

ADFA, e mais nenhum, deve a todos unir e a todos fazer lutar para pôr termo à marginalização. Este o verdadeiro objectivo da acção conjunta, com exclusão de quaisquer outros, por muito aliantes que pareçam — assim tem definido a massa associativa.

Nesta notícia de «O Diário» lê-se ainda que «o PCP esteve no governo sempre em minoria e que foi nesse período que os deficientes alcançaram a maioria das regalias hoje postas em causa pelo actual governo». Escusamo-nos aqui de comentar esta afirmação do Organismo de Deficientes do Comité Local de Lisboa do PCP. A ADFA tem, contudo, elementos muito claros e elucidativos sobre isto, tanto no que respeita à luta dos Deficientes das Forças Armadas em 1975, como a política global de reabilitação, os quais não serão assim tão lisonjeiros para o PCP.

Numa passagem não podemos deixar de concordar com esta nota, nomeadamente quando refere que «de todas as forças políticas, tem sido o PCP que mais tem avançado propostas de resolução dos problemas dos deficientes». De facto, manda a verdade dizer que assim tem sido. A ADFA tem seguido estas iniciativas legislativas do Grupo Parlamentar do PCP na Assembleia da República com muita atenção e sempre manifestou o seu apreço, assim como sempre lhe deu o devido realce, nomeadamente aqui no «Elo».

Para finalizar, há a registar nesta nota a escandalosa interferência (agora directamente pelo partido) na vida interna da ADFA, dizendo: «O Organismo de Deficientes do CLL do PCP apela aos sócios da ADFA para que não se deixem iludir por manobras da Direcção Central e reforcem a sua unidade em torno das suas reivindicações mais sentidas». Esta interferência não pode deixar de ser repudiada. Os sócios da ADFA têm uma consciência associativa muito forte, sabem as Direcções que elegem, são capazes de fiscalizar a sua acção, têm mecanismos para directamente controlarem a vida associativa e são capazes de os accionar. Não aceitam, por conseguinte, que uma força estranha lhes dê conselhos ou dite formas de comportamento dentro da sua própria Associação.

(Continua na pág. 8)

EDITORIAL

Das experiências e conhecimento que vamos adquirindo como membros e representantes de Portugal na Federação Mundial dos Antigos Combatentes e Vítimas de Guerra, podemos considerar já, como dado adquirido, que as reivindicações pelas quais a ADFA vem lutando são, afinal, aquelas que desde há muito foram reconhecidas, nomeadamente por todos os países Europeus membros da FMAC.

Além dos direitos que os Antigos Combatentes e Vítimas de Guerra possuem, realça sobremaneira o reconhecimento ao mais alto nível que é dispensado aos deficientes militares, gozando igualmente as suas organizações de elevado prestígio junto dos respectivos Governos.

Este reconhecimento efectivo é bem patente nas relações privilegiadas que as organizações de Deficientes de Guerra mantêm com os Governos dos seus países, acontecendo que tal relacionamento é encarado como uma atitude normal, já que se trata de assumir em plenitude, os conceitos Pátrios que em cada momento histórico a Nação exige dos seus cidadãos. Compreendemos que assim deva ser, não por falsos conceitos nacionalistas, que dividem as guerras em boas e más, mas antes pelo facto de assistir a cada cidadão o direito de reivindicar da Nação, o reconhecimento pelos sacrifícios exigidos em guerras, todas elas más, mas avilzadas pelos poderes políticos.

Esta orientação, que tem como base os direitos dos Deficientes das Forças Armadas, vem sendo o estelo em que a ADFA se movimenta, certos de que a razão está do nosso lado, mas que muitos, teimosamente, continuam a pretender ignorar.

Consideramos que ao longo destes 10 anos de luta persistente, se deram avanços significativos, e que a publicação do Decreto-Lei n.º 43/76 constitui, sem dúvida, um marco importante no reconhecimento que a Nação deve àqueles que no cumprimento do serviço militar se deficientaram, em condições de perigo e perigosidade, nomeadamente ligadas às três frentes de guerra, em Angola, Moçambique e Guiné, mas torna-se urgente que outros campos sejam dados, e eles tardam!

A reposição da Comissão Militar de Reabilitação e Assistência, CMRA, funcionando no âmbito do Ministério da Defesa Nacional, constitui um objectivo persistente da ADFA, e um pólo congregador de toda a massa associativa, e isto não por simples teimosia, mas porque consideramos que a extinção da CMRA em Dezembro de 1980, constituiu um grave erro histórico do Governo de então, ao tentar desvincular-se, numa maneira subreptícia, das consequências duma guerra de 13 anos, que deixou marcas profundas na sociedade portuguesa, e que os milhares de Deficientes das Forças Armadas não podem aceitar.

Não podemos aceitar que os nossos direitos sejam olhados como privilégios, nem que as relações de trabalho, que desde sempre temos mantido com os vários Governos, e mais especialmente com o MDN, sejam, por vezes olhados como situações de favor, quando deve ser precisamente o contrário.

Será que a Instituição Militar, tendo como cúpula o MDN, considera nas cerimónias públicas, que das vítimas da guerra, apenas os que morreram em combate continuam a fazer parte integrante da memória colectiva?

Pensamos que não, custa-nos a compreender os motivos que levam o MDN a adiar, com evasivas, a reposição da CMRA, quando até o Secretariado Nacional de Reabilitação considera não estar minimamente vocacionado para tratar os assuntos específicos dos deficientes militares.

(Continua na pág. 4)

CALENDÁRIO DA ADFA PARA 1985

À semelhança dos anos anteriores, irá a ADFA proceder à feitura de um calendário para 1985.

Deste modo e com o objectivo de dar possibilidades aos nossos sócios de serem eles a criarem ou propôr um desenho para o calendário, ou de sugerirem outras alternativas ao habitual calendário tendo em conta que os objectivos fundamentais são a sensibilização da população para a problemática do deficiente e a divulgação da ADFA, ficamos a aguardar propostas até 30 de Setembro. Findo este prazo, proceder-se-á à escolha de uma das várias propostas.

SEDE DA ADFA FUNCIONAMENTO DO SERVIÇO DURANTE AS FÉRIAS

A sede da ADFA encerra para férias do pessoal durante o mês de Agosto, mas os sócios poderão continuar a dispor de um serviço de informações e atendimento na Recepção-Secretaria, todos os dias das 9h00 às 12h30 e das 14h00 às 18h00.

CONSELHO NACIONAL DE REABILITAÇÃO APRECIOU PROJECTO DE NOVA LEI ORGÂNICA

O Conselho Nacional de Reabilitação reuniu no passado dia 29 de Junho, tendo como principal ponto da ordem de trabalhos a análise do anteprojecto da nova Lei Orgânica do Secretariado Nacional de Reabilitação.

Tendo, nos termos da legislação actual, apenas meros poderes consultivos, o Conselho Nacional foi convocado pela segunda vez pelo actual secretário nacional, Bobela Mota. Espera-se que esta tenha sido a última reunião do Conselho Nacional com esta feição, já que ele próprio acabou de analisar o projecto que estabelece o seu fim. Segundo esse projecto, recuperará os seus iniciais poderes deliberativos e verá a sua composição inicial alargada a mais associações de deficientes, para além de ser criado um amplo conselho consultivo em que estão representadas todas as organizações de e para deficientes.

Embora nesta reunião do dia 29 de Junho não tivesse sido possível analisar exaustivamente todo o articulado do projecto, limitando-se a discussão (um tanto apaixonada) ao capítulo da composição do Conselho Nacional, a solução encontrada parece ser a mais adequada e mais conforme com a vontade dos próprios deficientes, já que todas as suas organizações representativas foram ouvidas mais que uma vez, e as suas sugestões foram levadas na devida conta pelo secretariado.

O que se pretende agora, realmente, é que o projecto elaborado se transforme o mais rapidamente possível em decreto-lei publicado no «Diário da República», a fim de que se possa iniciar uma nova fase, mais dinâmica e mais produtiva, da reabilitação e integração social dos deficientes no nosso país.

Para além desta questão, que foi, de facto, o assunto mais «quente» da reunião, os elementos do Conselho Nacional tiveram oportunidade de obter diversas informações sobre actividades que o Secretariado vem desenvolvendo.

Há a realçar, antes de referir essas informações, que se registou uma discussão bastante profunda sobre a questão da sensibilização e consciencialização da sociedade, que é, aliás, um dos objectivos do Secretariado na sua acção.

Tendo-se concluído que os órgãos de informação, muito especialmente a televisão, vêm ignorando a problemática dos deficientes, os elementos presentes foram de opinião de que o Secretário Nacional deveria enviar ao secretário de Estado da Comunicação Social e ao Conselho de Administração da RTP uma recomendação, a fim de que a televisão abra um espaço para o tratamento e divulgação do tema da reabilitação, no sentido de promover a informação e sensibilização da opinião pública.

Embora o Secretário Nacional de Reabilitação se tivesse comprometido em fazer chegar esta recomendação ao seu destino, este assunto não terá sido aqui encerrado, já que a informação é um factor fundamental da integração social,

não só em quantidade, como em qualidade, funcionando actualmente os órgãos de informação, também neste domínio, de meio eficiente para a correcção e alteração de atitudes e comportamentos. Neste caso concreto, os órgãos de informação, especialmente a televisão, têm ultimamente, contribuído para a manutenção e cimentação de atitudes menos correctas face aos deficientes, não só por omissão, como por acção — cobertura a pedidos e referência aos deficientes como seres diferentes, situados num plano inferior, aguardando a protecção dos outros. Fazer alterar este tipo de informação, insuficiente e incorrecta, deverá ser uma das grandes tarefas do Secretariado Nacional de Reabilitação nos tempos mais próximos, a fim de que em Portugal se criem na opinião pública condições favoráveis à integração social.

Nesta reunião do Conselho Nacional ficou-se a saber que o Secretariado estabeleceu um acordo de articulações com as Casas do Povo, a fim de fornecer a estas um conjunto de informações simples (em brochuras) sobre os direitos dos deficientes e os passos a dar para a sua efectivação, as quais, as Casas do Povo, por seu turno, colocarão à disposição dos deficientes.

Uma outra informação de interesse diz respeito à futura criação em Portugal, com o apoio da UNESCO, de um centro de formação de pessoal no domínio de reabilitação. Não se trata da tradicional formação de técnicos especializados numa dada área, mas antes de generativistas, capazes de abarcar, na globalidade, a reabilitação, garantindo, de certo modo, a continuidade do processo da integração social, que apesar das diversas especialidades por onde o deficiente vai passando, não deve sofrer quebras. Essa continuidade deverá ser garantida através da dominante humana, que percorre todas as fases e sem a qual se podem obter curas clínicas, destrezas funcionais, habilitações profissionais, etc., mas não se obtém a aptidão para, apesar da deficiência, ombrear com os outros no mesmo plano da vida.

Não se sabe ainda o suficiente para concluir que estes novos técnicos poderão actuar especialmente neste sentido. Espera-se, no entanto, que sim.

Uma última informação, facultada aos membros do Conselho Nacional, diz respeito ao Programa Mundial de Acção das Nações Unidas sobre a reabilitação. O Secretariado Nacional de Reabilitação tem na sua posse esse programa, elaborado, aliás, com a participação de diversos países, incluindo Portugal, indo em breve promover a sua divulgação. Ao mesmo tempo, vai lançar uma campanha pública sobre a década dos deficientes (também aprovada pela ONU), explicando os seus objectivos. É intenção do Secretariado, inclusivamente, solicitar ao Conselho de Ministros que aprove uma resolução com os objectivos fundamentais do Programa Mundial de Acção, a serem atingidos no nosso país.

ENCONTRO COM O VICE-PRESIDENTE DA FMAC

Aproveitando a estada em Portugal do Vice-Presidente da Federação Mundial dos Antigos Combatentes e Vítimas de Guerra que participou, como congressista, no 15.º Congresso da RI, A Direcção Central convidou aquele destacado membro da FMAC para um almoço de trabalho num dos restaurantes da FIL durante a realização do referido Congresso.

Neste encontro foram abordadas questões de ordem geral quanto à situação dos deficientes vítimas de guerra e o papel que a FMAC tem desempenhado em todo o mundo para que os direitos destes sejam salvaguardados pelos respectivos Governos.

O Dr. Karl Tichy, além de Vice-Presidente da FMAC, é dirigente da V. D. K., uma das organizações de deficientes de guerra com maior

implantação na República Federal Alemã.

Foi-nos adiantado por Karl Tichy as dificuldades que todos os deficientes de guerra tiveram que suportar no período pós-guerra, mas que hoje, ao nível Europeu e no seu próprio país, as organizações de deficientes militares gozam de muito prestígio sendo reconhecidas ao mais alto nível pelos governantes dos respectivos países.

Os êxitos alcançados pelos deficientes de guerra europeus só foram uma realidade pelo esforço organizativo dos próprios deficientes numa atitude firme e consequente, mas liberta dos interesses estratégicos político-partidários.

Apesar da realidade portuguesa ser bem diferente da dos restantes países europeus, foi por nós afirmado concordarmos genericamente com o posicionamento adoptado pelas restantes

Organizações integrantes da FMAC embora nunca perdendo de vista a realidade social em que nos inserimos.

Uma das tónicas mais marcantes deste encontro, foi o termo-nos apercebido com nitidez do elevado apreço e reconhecimento que as organizações de Antigos Combatentes e Vítimas de Guerra gozam por parte dos vários Estados europeus, constituindo os direitos dos deficientes militares uma questão indiscutível e comumente aceite pela comunidade.

Nesta matéria, não podemos ser tão optimistas, e apesar de alguns amargos de boca, pensamos que algo se tem feito no sentido de que também o Estado Português assumira em plenitude a situação daqueles que chamados ao cumprimento do serviço militar se deficientaram.

Foi igualmente abordado o interesse de que se revestiu para a FMAC a filiação da ADFA naquela Organização, sendo realçado o papel que Portugal pode desempenhar na cooperação com os Antigos Combatentes e Vítimas de Guerra nos novos países africanos de língua oficial portuguesa.

De resto, esta é uma das matérias que tem merecido por parte da ADFA bastante interesse ultimamente, esperando que sejam alcançados resultados práticos a médio prazo.

Como organizadora da próxima reunião da Comissão Permanente para os Assuntos Europeus da FMAC, a ADFA irá, com certeza, reforçar o seu papel no seio da FMAC e assim nos despedimos do Dr. Karl Tichy esperando estar com ele em Fevereiro do próximo ano, aquando da realização da reunião da CPAE.

DIRECTOR-GERAL DA COOPERAÇÃO RECEBEU DIRECÇÃO DA ADFA

A situação dos naturais e hoje cidadãos dos novos países africanos de língua oficial portuguesa, que se deficientaram ao serviço das Forças Armadas Portuguesas no período compreendido entre 61 a 74 nas três frentes de Angola, Moçambique e Guiné tem merecido, ultimamente, por parte da ADFA, uma atenção especial, não só pelos laços de solidariedade que nos unem, mas também pelo facto das obrigações que nos advêm, por sermos membros da Federação Mundial dos Antigos Combatentes e Vítimas de Guerra.

Na sequência das várias diligências já efectuadas pela ADFA, a Direcção Central solicitou uma audiência ao Sr. Director-Geral da Cooperação, a fim de serem equaciona-

dos e resolvidos o mais rapidamente possível os vários problemas que afligem os naturais das ex-colónias.

Assim, no passado dia 3 de Julho, a Direcção Central foi recebida em audiência pelo respectivo responsável, tendo começado por referir a solidariedade que mantém com os deficientes militares oriundos das ex-colónias que se incapacitaram ao serviço das Forças Armadas Portuguesas, as obrigações que tem como membro da FMAC, e o dever que o Estado Português tem de manter, criar e incrementar os campos assistenciais, protésico e indemnizatório, tendo sido focado, ao mesmo tempo, que a falta de regulamentação do Dec.-Lei n.º 348/82 estava a impedir o recebimento de

(Continua na 8.ª pág.)

A ESCOLA DA ADFA

Durante os dez anos de existência da ADFA, esta tem tentado melhorar cada vez mais as suas actividades adaptando-as às necessidades dos seus sócios e à realidade social.

A escola tem funcionado ininterruptamente e, se fizermos um balanço, sentimos que tem sido positiva a actividade lectiva.

Temos mantido os três níveis de ensino, alfabetização, ciclo preparatório e secundário, desde o ano de 1975, para apoiarmos aqueles sócios que deles têm mais necessidade. É bom não esquecermos que a grande maioria dos deficientes das Forças Armadas eram soldados com um baixo nível de escolaridade.

A alfabetização, apoiada pela Direcção Geral da Educação de Adultos, funciona de Setembro a Julho, e os alunos à medida que vão

sa, conseguem atingir e, até ultrapassar, os níveis de conhecimento necessários para ingressarem no ensino secundário ou, então, entram em igualdade de circunstâncias no mercado de trabalho como todos aqueles que frequentaram qualquer outra escola.

A nossa maior preocupação situa-se no grupo de alunos que, por serem de origem africana, na sua maioria viviam longe dos centros urbanos onde poderiam ter apreendido a língua portuguesa pelo contacto mais frequente com os europeus, dedicando-se nas suas aldeias à agricultura rudimentar, transmitindo os conhecimentos pela oralidade, não têm as noções mínimas da cultura, língua e modo de vida portugueses. Para este grupo que «Optou» pela nacionalidade portuguesa para poder resolver

suficiente, e ao apoio clínico gratuito, todavia a integração social e cultural, tão importantes como as primeiras, fica por fazer numa sociedade que na prática os segrega pela cor e pela diversidade de parâmetros culturais. A deficiência obriga, por sua vez, à escolha de uma nova profissão, que não a agricultura onde se poderiam sentir mais à vontade para garantir a subsistência e, como consequência do que atrás ficou dito, a uma aquisição forçada do novo sistema cultural.

É neste aspecto que a ADFA tem um papel preponderante e ela tem de dar resposta às necessidades destes seus sócios.

Se olharmos as instituições escolares portuguesas, qual delas estará capaz para dar solução às carências apontadas?

Como sócios eles procuram a ADFA para lhes resolver os problemas de carácter militar e, tendo conhecimento da existência da escola, matriculam-se, mas os programas tradicionais não estão adaptados às realidades destes sócios.

A transmissão de conhecimentos veiculada por uma língua estrangeira, quase desconhecida, torna-se impraticável.

Reunião após reunião conseguimos ficar com um conhecimento mais aprofundado da situação e com uma consciência de que se torna necessário modificar os objectivos programáticos, adaptando-os às realidades dos alunos.



Durante o jantar dos alunos e professores no fim do ano lectivo 83/84

Foi conseguida a abolição da língua estrangeira (Francês, Inglês e Alemão) e o Português passou a ocupar o lugar daquela. Passou a funcionar uma aula de trabalhos manuais com conteúdos específicos, para que os alunos ao manusearem os materiais possam ir adquirindo os conceitos básicos da nossa cultura, paralelamente com o acompanhamento das restantes disciplinas, estas por sua vez com os objectivos programáticos adaptados.

É importante também a relação professor/aluno que deve ficar situada a um nível de relacionamento socio-afectivo, permitindo um cli-

ma de abertura aceite pelas duas partes de modo a que o professor, ao ter consciência das características do aluno, possa transmitir conhecimento individualmente.

Necessitamos agora de conseguir dar continuidade ao esforço que temos tentado desenvolver.

No nível mais elevado dos estudos, o ensino secundário, os alunos apresentam bastante menos problemas, porque pelas razões que temos vindo a descrever, somente uma parte deles, os que dominam à partida a língua veicular, obtêm os resultados desejados sem muita dificuldade.

ESCOLA DA ADFA

Estão abertas as matrículas na nossa Escola nos seguintes cursos:

- Alfabetização — 4.ª classe
- Ciclo Preparatório
- Curso Geral

EDITORIAL

(Continuação da pág. 3)

De resto, em todas as audiências que temos mantido, nomeadamente com o Senhor Chefe de Estado-Maior do Exército e gabinetes dos Chefes de Estado-Maior da Armada e Força Aérea, foi-nos garantido concordarem com a posição da ADFA nesta matéria, por considerarem que a Instituição Militar não se pode alhear da situação dos deficientes das Forças Armadas. Aliás, como garantir os direitos já alcançados e equacionar e propor soluções dos problemas dos deficientes militares, sem a existência na estrutura militar dum serviço dotado das competências que lhe garanta a prossecução destes objectivos?

Para a reposição da CMRA não estão em causa meios materiais, nem humanos, por irrelevantes, mas única e exclusivamente a falta de vontade política para assumir as consequências de 13 anos de guerra, situação perfeitamente incompreensível num Estado Democrático.

Esta exigência da ADFA persistentemente prosseguida desde há 4 anos, tem sido colocada a todos os Ministros e Secretários de Estado da Defesa Nacional, mas até ao momento, além de vagas promessas, nada se tem adiantado.

Por considerarmos vital a reposição da CMRA no âmbito do MDN, não limitámos as nossas exigências somente à área do Governo, mas subimos ao Presidente da República e ao Presidente da Assembleia da República, e descemos aos grupos parlamentares, e divulgámos tal posição à opinião pública...

Não acreditamos estar num país de surdos, e se acaso o estivessemos, haveria que utilizar outro tipo de linguagem, o que não é o caso.

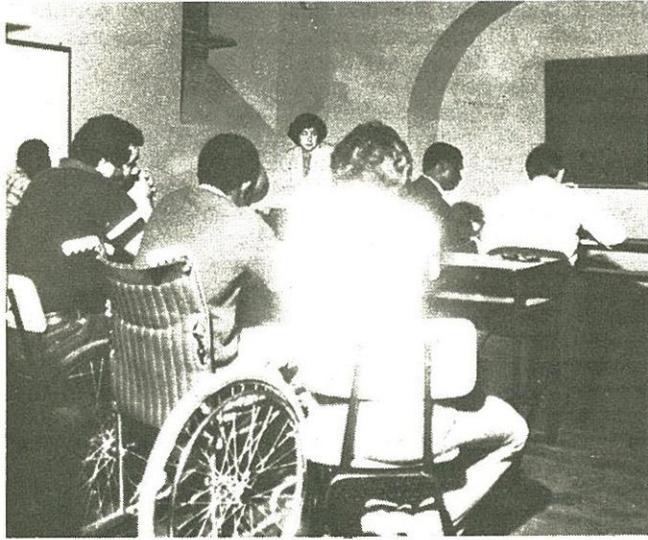
Esta nossa ancestral atitude de substituir a prevenção pela caridade e boas vontades, é própria de quem se recusa a assumir as consequências dos seus actos, e neste caso, um acto colectivo, que no período de 61 a 74 Portugal assumiu, e que não pode a qualquer título ser escamoteado.

ENTREVISTA COM LOMELINO VICTOR

Devido à falta de espaço neste número do ELO, não foi possível publicar a 2.ª parte da entrevista com Lomelino Victor a qual pensamos poder vir a publicar no próximo número.

PUBLICAÇÕES RECEBIDAS

Boletim Informativo da CNAD, N.º 5, Maio 84.
O órgão da Cooperativo Nacional de Apoio a Deficientes continua a ser publicado mensalmente.
Destacamos entre outros, notícia sobre o «1.º Encontro de Deficientes Visuais do Distrito de Beja» e um artigo «Reabilitar para Quê».
«Jornal do Coração». N.º 5, Maio de 1984. Órgão da Fundação Portuguesa de Cardiologia. Realçamos um artigo sob o título «Tabaco e Doenças Cardiovasculares».
«Desafio de Hoje» n.º 25, Maio de 1984.
Um extenso artigo de duas páginas «Países membros da OIT são obrigados a garantir emprego para Deficientes. Merece uma leitura atenta».
«Jornal dos Reformados» n.º 116 de Junho de 1984.
«Vida Soviética», n.º 108 de Junho de 84 destacamos o artigo: «Os inválidos na URSS».
«Jornal do Exército» n.º 294 de Junho de 1984, finalmente um artigo sobre «Reformados». Destacamos o artigo: «O Poder Militar na História da Colonização Portuguesa dos Séculos XV a XVII».



sendo considerados aptos realizam provas de avaliação. É frequentada essencialmente pelos sócios naturais das antigas colónias que, não conhecendo a língua portuguesa, procuram-nos para fazerem a sua aprendizagem nos primeiros níveis.

O Ciclo Preparatório, tem sido o nível a que temos dedicado maior atenção. Complemento e aprofundamento dos conhecimentos captados na alfabetização, não tem respondido às nossas reais necessidades. Os objectivos que procuramos atingir com a frequência do ciclo só parcialmente são atingidos. Os alunos que já têm conhecimentos suficientes da língua portugue-

os seus problemas de deficiente e da reforma, o salto da sua aldeia para a grande cidade, que é Lisboa, foi demasiado grande.

Existe o dilema para os deficientes que colaboraram com as tropas portuguesas coloniais, continuar na sua terra sem qualquer apoio financeiro e médico ou viver em Lisboa com todos os problemas de desajustamento social e cultural. Escolhem este último na maioria dos casos, mas o Governo português só lhes dá a nacionalidade, esquecendo que essa nova situação só por si pouco resolve. Sem dúvida que passam a ter direito ao recebimento da reforma, quantas vezes in-

JANELA INTERIOR-7

● NÃO É ANORMAL O RECURSO A AUXILIARES ARTIFICIAIS

● O QUE IMPORTA É A SATISFAÇÃO RESULTANTE DA MANIFESTAÇÃO E RECEPÇÃO DE AMOR

Continuando o tema específico do último artigo, referente ao companheiro (a) deficiente e à prática sexual, podemos afirmar que vale bem a pena, uma abordagem em comum, pelo casal, dos problemas afectivo-sexuais, assim como a experimentação de possíveis soluções.

Existem muitas e variadas posições como formas de viabilizar o acto sexual, tornando-o adequado e agradável.

Por isso, o mais provável seria a descoberta efectiva de, pelo menos, uma posição confortável e que proporcionasse prazer.

Caso o acto sexual se revele de todo impossível, mesmo assim, convém não esquecer, que ele não constitui a única via de obter satisfação, pois ambos os companheiros, podem sentir prazer através de carícias, servindo-se das mãos, lábios ou da boca, afagando-se e beijando-se mutuamente por todo o corpo.

Esta modalidade de expressão amorosa, pode igualmente tomar várias formas de alternativa, e desenvolver-se, consoante a imaginação e gosto dos dois.

Há também uma grande variedade de auxiliares artificiais ou mesmo objectos improvisados, que ajudam à obtenção de prazer, nas relações afectivo-sexuais.

Quem os considera anormais ou excêntricos, esquece-se que são usadas próteses, na falta de uma parte do corpo, como por exemplo uma mão ou uma perna.

O importante é que esses artifícios contribuem para o relaxe físico e psicológico de muitas pessoas, deficientes ou não.

A masturbação é um jogo sexual, que faz parte do desenvolvimento psico-sócio-afectivo da criança, de ambos os sexos.

Quando acontece no (a) adolescente e adulto, na impossibilidade de relações sexuais, é benéfica como aprendizagem de uma futura relação afectivo-sexual, ao mesmo tempo que proporciona descarga de tensão e stress.

O único prejuízo que resulta da prática masturbatória, é o sentimento de culpabilidade, fruto de uma educação retrógrada e punitiva.

O que realmente importa numa relação afectivo-sexual é a satisfação resultante da manifestação e recepção de AMOR, independentemente das muitas e variadas formas possíveis de o expressar.

J. P. Valente dos Santos

CONVÍVIO NACIONAL EM VILA DO CONDE

O habitual convívio nacional comemorativo do aniversário da ADFA, foi este ano realizado em Vila do Conde, nos passados dias 16 e 17 de Junho, contou com a presença de 800 pessoas e foi marcado por um ambiente muito animado onde a boa disposição e descontração dos nortenhos deu aos participantes a possibilidade de puderem num ambiente de franca camaradagem, trocaram opiniões e pontos de vista de forma a conhecerem-se melhor entre si trocaram relações de amizade e puderem também aperceber-se daquilo que os sócios por esse país fora vão fazendo de uma forma simples, quase anónima mas que são da máxima importância para o movimento associativo.

Deste convívio o facto mais saliente foi, ter juntado sócios que vieram de locais muito distanciados como Lisboa e Setúbal a Sul e Viana do Castelo e Felgueiras a Norte.

Nome de rua em Vila do Conde

A Câmara Municipal de Vila do Conde irá atribuir o nome de Deficientes as Forças Armadas a uma das suas ruas. O vereador da Câmara Municipal de Vila do Conde, Carmo Reis, em representação do presiden-

que possam ser cedidas instalações para funcionamento do núcleo, que actualmente funciona na casa de um sócio.

Acampamento

Em Vila do Conde, mais concretamente numa mata junto ao parque de campismo do Clube de Montanhismo do Porto, que muito

17 de Junho o Convívio Nacional de Sócios comemorativo do X Aniversário da ADFA.

Junto ao local do convívio alguns sócios montaram as suas tendas para mais comodamente poderem participar. Um grupo de jovens deficientes do Porto aproveitaram a ocasião para poderem confraternizar com os sócios da ADFA e acamparem juntos.

Abertura com fanfarra

A abertura das festividades foi alegremente efectuada pela magnífica fanfarra dos bombeiros de Vila do Conde.

Convívio de cicloturistas

Realizou-se no dia 17 de manhã um convívio de cicloturistas em que participaram 210 ciclistas sendo 7 deles deficientes.



Baile improvisado durante a tarde

no entanto o objectivo desta saudável modalidade é o contacto com a natureza em cima de uma bicicleta e não a competição pelo que não houve vencidos nem vencedores.

Este circuito tornou-se possível devido à colaboração do Centro Cicloturístico de Leça da Palmeira, da GNR e da Câmara Municipal de Vila do Conde.

À sombra dos pinheiros

O almoço, debaixo dos pinheiros, foi uma pausa para descanso para alguns que aproveitaram para se esticarem um pouco; mas de muito trabalho para outros que estiveram imenso tempo na bicha, porque, muito democraticamente, aguardaram pacientemente que chegasse a sua vez, sem passarem à frente de ninguém. A comida chegou e sobrou para todos, apesar de o número de comensais ser muito superior ao que em princípio se esperava.

Tarde cultural

Durante a tarde actuaram conjuntos musicais e ranchos folclóricos o que veio a

dar grande alegria a todos, que aproveitaram a ocasião para darem um jeitinho ao pé. Foi particularmente admirado o Rancho Folclórico de Angeiros.

Núcleos surgem

Este encontro para além do carácter meramente recreativo que teve, não deixa no entanto de ser um local onde os sócios puderam trocar experiências.

A actividade de uma série de núcleos disseminados por esse país fora é uma realidade da nossa associação que deve ser implementada uma vez que isso consta dos nossos estatutos e podem vir a constituir um elo de ligação dos sócios entre si e o todo que é a ADFA.

Tivemos oportunidade de falar com o Loureiro de Vila do Conde, cujo núcleo já realizou duas festas de Natal e mantém em funcionamento uma cooperativa de consumo, as suas principais dificuldades são as instalações que se pensa que possam vir a ser cedidas pela C.M.V.C.

Os nossos camaradas de Viana do Castelo também se movimentam há alguns

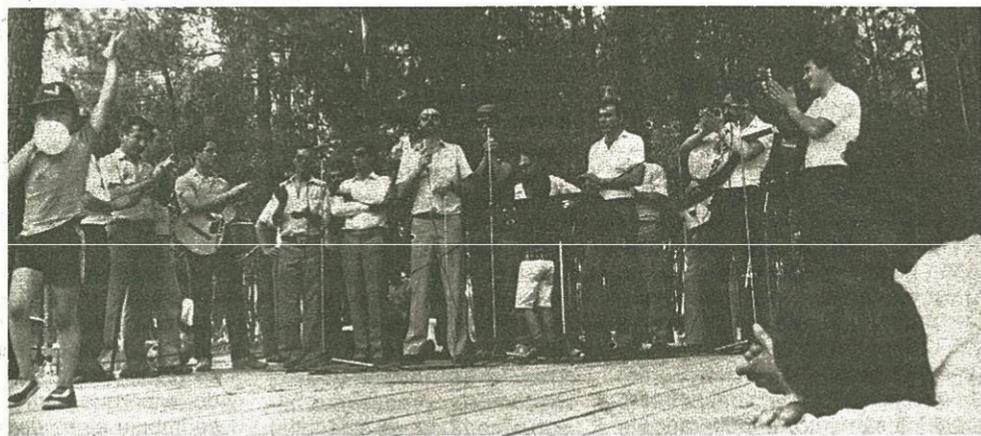
anos com o objectivo de criar um núcleo. O Martins afirmou-nos que com a boa vontade de mais alguns sócios isso poderá em breve vir a ser uma realidade.

Para além dos núcleos já criados em 1983, Vila do Conde e Chaves, há ainda a perspectiva de criar outros em São João da Madeira, Paredes, Vila Real e Fafe.

Durante a tarde cultural foram feitas algumas breves intervenções, Lopes Dias afirmou que o núcleo de Vila do Conde tem sido um exemplo da capacidade dos deficientes e das possibilidades e espírito de sacrifício dos deficientes. O problema maior é o da sociedade e «a deficiência está nos olhos dos outros» disse citando.

Fortuna afirmou que este convívio foi uma manifestação da Força da ADFA, e essa força será posta ao serviço de todos os deficientes para que se consiga a reabilitação completa.

A terminar queremos agradecer também a colaboração prestada por todas as entidades que já foram referidas e ao Batalhão de Administração Militar da Póvoa do Varzim.



Um aspecto da intervenção de Lopes Dias

te da Câmara, prometeu que a câmara iria enviar todos os esforços a fim de

amavelmente nos prestou toda a colaboração, realizou-se durante os dias 16 e

A prova teve muito público e constituiu uma propaganda até agora inédita da ADFA. Ao longo de 72 km ciclistas cujas idades iam desde 14 anos até um jovem de 62 efectuaram esta distância em 2h. e 15m., partindo do Carvalhido passaram por Monte Burgos seguindo depois pela circunvalação, via rápida, estrada do Aeroporto, Trofa e por fim Vila do Conde. Houve algumas desistências pois o ritmo foi bastante acelerado

ANIVERSÁRIO DA ASSOCIAÇÃO «LUIZ BRAILLE»

Inserido nas comemorações do 57.º Aniversário da Associação de Cegos «Luiz Braille», organização fundada em 25 de Junho de 1927, teve lugar no passado dia 23 de Junho uma mesa redonda subordinada ao tema *A Importância das Bibliotecas na Formação Cultural dos Deficientes Visuais*.

Nesta mesa Redonda participaram cerca de 20 pessoas.

Foram principais intervenientes o dr. Pereira Oliva, responsável pela área de deficientes visuais da Biblioteca Nacional, o dr. Augusto Guerreiro responsável da Biblioteca Camões o sr. José Luís de Almeida foi o moderador.

Desta mesa redonda algumas conclusões se podem retirar, sendo o aspecto mais relevante o de que o ensino do braille está em reversão o que se pode comprovar se for analisado o perfil do utilizado e o estilo de obras pedidas que são inferiores às de há uns anos atrás. O braille tem neste momento a concorrência de modernas e sofisticadas técnicas que permitem ao deficiente visual tomar co-

nhhecimento de um texto; no entanto considera-se que o braille é o método mais eficaz para que o cego possa de uma forma independente tomar conhecimento do que está escrito, assim como a desenvolver a sua capacidade autónoma de redacção. Os outros meios devem por isso ser utilizados como elementos complementares.

A situação do ensino e de publicação de Braille está no nosso país cada vez mais comprometido correndo a B. N. o perigo de se ver obrigada a cancelar as suas publicações ou mesmo a suspendê-las, situação idêntica se passa com a Biblioteca Pública do Porto.

José Arruda fez uma intervenção em que colocou as responsabilidades da dinamização do ensino do braille no S. N. R.. Congratulou-se por esta iniciativa da «Luiz Braille» a quem apresentou os parabéns. Orlando Monteiro do S. N. R. mostrou-se optimista para com o futuro destas actividades, informando que está em funcionamento uma comissão para desenvolver este trabalho. Esperemos que sim! E que dos estudos e projectos se passe à prática.

COM A PRESENÇA DE GRANDE NÚMERO DE SÓCIOS REALIZOU-SE CONVÍVIO NO CARTAXO

Como foi oportunamente noticiado em anteriores números do «Elo» realizou-se no passado dia 10 de Junho, com a presença de cerca de cinco centenas de pessoas, um convívio associativo, em Vila Chã de Ourique — Cartaxo.

Pretendeu-se com este convívio, que teve a participação de vários sócios e familiares do Ribatejo e da zona de Lisboa, não apenas proporcionar um franco momento de confraternização como também sensibilizar as populações locais para a problemática do deficiente.

Deste modo, realizou-se às 10 horas, no Campo do Estrela Futebol Clube de Ourique um jogo de basquetebol em cadeira de rodas, entre duas equipas da ADFA, e ao qual assistiu grande número de pessoas.

Às 13 horas, no Castelo dos Chavões, iniciou-se o almoço composto de febras e sardinhas.

Findo o almoço, o Rancho Folclórico de Vila Chã de Ourique iniciou a sua actuação até ao meio da tarde.

Estas actividades contaram com a presença das seguintes entidades locais: o vereador do pelouro da Cultura e Desporto em representação do presidente da Câmara do Cartaxo, o presidente da Junta de Freguesia de Vila Chã de Ourique, o director do jornal «Povo do Cartaxo», os presidentes do Rancho Folclórico e do Estrela Futebol Clube de Ourique.

Dado que possuíamos muito poucos meios este convívio só foi possível graças à colaboração que obtivemos das autarquias locais e de alguns particulares, de contrário não teria sido possível a realização de algumas das actividades. Foi o primeiro jogo de basquetebol realizado em Vila Chã de Ourique, para o efeito tornou-se necessário proceder ao transporte das tabelas cedidas pelo INATEL no Cartaxo tendo-se recorrido ao empréstimo de uma empilhadora para carregar e descarregar as referidas tabelas.

Para o almoço a quase totalidade do bom vinho consumido foi oferecida pelo irmão do trabalhador da ADFA Marcelli-



no e pelo sócio Ramiro de Vila Chã de Ourique que além da sua prestimosa colaboração humana e material foi um dos entusiastas deste convívio.

De referir que também para o almoço foi morto um porco, que foi preparado pela equipa de trabalho encarregada da realização deste convívio.

Findo o almoço e durante o intervalo da actuação do rancho, o José Arruda da Direcção Central da ADFA fez uma breve intervenção tendo focado os objectivos da ADFA e o seu empenhamento na sensibilização da população, agradecendo por último a colaboração obtida naquela vila ribatejana.

Após a sua intervenção, José Arruda procedeu a uma entrega simbólica da ADFA, a medalha comemorativa do nosso 5.º Aniversário, às entidades, autarquias e colectividades presentes, que seguidamente intervieram felicitando a ADFA e mostrando-se interiramente disponíveis para futuras colaborações dentro das suas possibilidades.

NECESSITO DE TRABALHO

18 fotografias e alguns artigos publicados desde o n.º de Março deste jornal.

Estou disponível.

Sócio Luís Franco — Telef. 73 16 05 ou 36 21 67 (ADFA).

NO ENCERRAMENTO DO XV CONGRESSO DA REHABILITATION INTERNATIONAL

GOVERNO ASSUMIU PROBLEMA DOS DEFICIENTES EM TODA A SUA DIMENSÃO

O Ministro de Estado, Dr. Almeida Santos, proferiu um importante discurso na sessão de encerramento do XV Congresso Mundial da Rehabilitation International.

Este membro do Governo, de quem depende o Secretariado Nacional de Reabilitação, equacionou, perante os congressistas, a problemática dos deficientes portugueses e da sua integração social, pondo a tónica simultaneamente nas condições politicamente favoráveis depois da revolução do 25 de Abril e nas dificuldades de natureza económica, que, de certo modo, neutralizam essas mesmas condições.

Para além de alguns aspectos menos correctos, como considerar a realização deste congresso um segundo 25 de Abril para a reabilitação, o discurso do Dr. Almeida Santos esteve à altura do próprio Estado, em que este assume os deficientes que tem e a necessidade de promover a sua integração sócio. Essa assumpção, aliás, teve logo lugar aquando da aprovação da Constituição da República, onde, conforme o Ministro de Estado lembrou, vêm não só referidos os direitos e deveres dos deficientes, como consagrada a obrigação do Estado em realizar uma política nacional de reabilitação e integração social.

O Ministro de Estado reconheceu, depois de realçar a rotina e conformismo próprios dos portugueses, que o que foi feito pelos deficientes «é nada em face do por fazer».

O discurso do Dr. Almeida Santos contém uma perspectiva bastante ampla da integração social, desde os factores culturais, sociais, políticos e económicos, até à participação dos deficientes com iniciativas próprias, rompendo com o fatalismo e o falso providencialismo estatal. Mas não dá indicadores seguros da política do actual Governo em matéria de reabilitação.

É, de qualquer maneira, um discurso importante, o primeiro, tanto quanto sabemos, que, em Portugal, um governo faz publicamente, assumindo a realidade dos deficientes.

Dada, pois, a importância deste discurso, procedemos aqui à sua publicação na íntegra.

1. Durante uma semana, Lisboa foi a capital da Reabilitação Internacional.

Foi para nós um desvanecimento e uma honra. Pelo alto significado de que este Congresso se revestiu e não menos por termos podido acolher tão altas personalidades e tão cativantes individualidades vindas de todos os quadrantes do Mundo.

Durante uma semana, este pavilhão foi a Sociedade das Nações. Diversas eram as línguas faladas, o mesmo sentimento. A mesma preocupação de reflectir sobre problemas graves que, sendo de sempre, são mais do nosso tempo.

Importantes teses foram aqui apresentadas e discutidas. Do ângulo do saber; do ângulo da experiência; do ângulo da responsabilidade política; do ângulo da vivência das realidades aqui tratadas.

Problemas tão importantes como a comunicação entre as pessoas; a informação das pessoas; a sensibilização das pessoas e a integração dos deficientes na sociedade, prenderam a vossa atenção e mobilizaram a vossa inteligência.

No frenesim em que se tornou a vida moderna, os homens esquecem-se, com frequência, de reflectir nos problemas do seu tempo. Esquecem-se de ser actuais, de ser inteligentes, de ser homens.

É importante que os homens se reúnam e conversem. Já não à volta da fogueira, como nos tempos primitivos, mas à volta de uma ideia. E é bom que os povos se misturem, convivam, troquem experiências, comuniquem saber. Chama-se a isso *comunicar*, e foi

essa, precisamente, uma das temáticas deste Congresso.

Não menos importante é *informar as pessoas*. Pô-las ao corrente dos riscos potenciais que as esperam — para que os previnam — ou dos meios ao seu alcance para enfrentarem riscos consumados — para que os atenuem ou apaguem.

E como, no nosso tempo, grassa a lepra da indiferença, que tantas vezes veste a pele da desumanidade, não basta informar. É preciso *sensibilizar espíritos*. *Mobilizar vontades*. *Alistar cada um nas Forças Morais da solidariedade humana*.

E se as vossas teses e conclusões podem voar ao encontro do Mundo, o acontecimento em si que este Congresso representou — como facto, como moldura humana, como painel de entrecchoque de ideias — é particularmente sensibilizador para o País em que teve lugar.

Obrigado, Senhores Congressistas. Obrigado por terdes agredido a rotina do conformismo, quando não da indiferença, que continua a ser, apesar de tudo, a deficiência maior. E obrigado por o terdes feito aqui, no meu País de seculares resignações, nascidas do fatalismo árabe, da epopeia tragico-marítima, da secular separação dos que se amam tornada saudade, de medos que não consentiam resistência e nos foram tornando sebastianistas e milagreiros.

Produto de uma história trágica, heróica e desmedida para o nosso tamanho; vivida nos sobressaltos da conquista da terra — primeiro — e do mar — depois —

fomos, secularmente, amontoando traumas.

Somos, em parte por isso, um País de altas taxas de deficientes, recentemente agravadas por mais de uma década de guerra colonial em três frentes. Apesar disso, um País que, *por bem conhecidos condicionalismo socio-políticos, coabitou com essa mazela sem verdadeira consciência disso, na sequência de uma mentalidade oficial pietista, que não raro delegava em Deus as tarefas dos homens e confiava à caridade o que pertencia ao direito.*

2. Após o Movimento Libertador de 25 de Abril de 1974, fez-se luz. Tomámos consciência da nossa rotina conformista; contabilizámos o preço das nossas sujeições e dos nossos erros; contámos os deficientes das nossas Forças Armadas; reparamos nos nossos drogados e nos nossos alcoólicos; fizemos o balanço dos nossos analfabetos; inscrevemos entre as nossas preocupações a degradação do nosso parque habitacional e a obsolescência do nosso parque automóvel; munimos-nos de alguns instrumentos de combate a tudo isso e, quando chegou a hora de aprovar democraticamente

Nessa e só nessa medida, discutistes, Senhores Congressistas, o que em Portugal não se discute.

Não é de pequeno relevo esta menção expressa, em sede constitucional, de direitos e deveres que, inclusivamente, não adregaram consagração paralela nessas matrizes do que é fundamental no humano que são a Declaração Universal e a Declaração Europeia dos Direitos do Homem.

Admito que seja discutível o bem justificado dessa consagração. *Decerto se considerou naquelas Convenções — e bem que da plena igualdade do deficiente aos demais cidadãos decorre a contradição da afirmação separada dos direitos fundamentais daquele. O que é do cidadão é do deficiente. Sejam direitos, sejam deveres.*

Mas nem por isso aquele menção expressa deixa de representar um marco de consciencialização da problemática do deficiente no mundo de hoje e um compromisso da colectividade portuguesa consigo mesma, no sentido da afirmação solene de que acabavam ali o alheamento, a indiferença e a rotina!

provocaram saudáveis reacções individuais e colectivas, estas grosso modo institucionalizadas na moldura jurídica de associações ou instituições de solidariedade social. O fundo de samaritanismo e de franciscanismo que há na alma portuguesa reagiu bem a esse apelo de participação social.

A tal ponto que seria fastidioso mencionar aqui tudo o que de novo foi feito por entidades privadas — com ou sem o apoio do Estado — e por este dentro dos constrangimentos financeiros de uma conjuntura de crise.

Acabo de aflorar um outro drama. E esse é o de que, ao reforço da consciência política e colectiva da problemática da deficiência, correspondeu o reforço da tragédia de nos sentirmos *impreparados e impotentes para, sem demora, conseguirmos significativo êxito.* O risco que logo se desenhava, e persiste, foi o de termos erigido em direitos fundamentais o que ameaçava converter-se em frustrações enormes! Agora que tínhamos consciência de até que ponto a genética produzia livremente mal-formações; a droga e o alcoolismo taras; os acidentes de trabalho e de viação alei-

à profissionalização e trabalho de deficientes.

Gostaria de mencionar aqui algo de significativo de já feito, em matéria de barreiras arquitectónicas. Mas tenho de reconhecer, o que nesse domínio fez carece de significado. Um diploma recentemente aprovado deparou com irreversíveis dificuldades de execução. Talvez por ter nascido demasiado amplo para um mundo e tempo em que, o mais importante, ainda é o jardim cada um.

Preparamos um diploma mais realista, e por isso mais modesto. Mas permito-lhe com a consciência de que as casas são para homens, todos os homens não apenas para satisfazer dos caprichos de quem mora nelas.

Por mais exaustiva fosse a enumeração — não se trata disso — sempre para concluir que *que foi feito, é nada em face do por fazer.*

Infelizmente, não só constrangimentos financeiros, que são reais. Em parte também porque persistem os calos mentais do passado, e porque nem o Estado se imbuíu ainda de uma vontade política de ver a rotina, nem os cidadãos autoconvenceram ainda o tamanho do seu egoísmo. Daí a importância do vosso esforço de sensibilização. Daí o significado da realização do vosso Congresso em Portugal.

Estou convencido de que o vosso encontro e o vosso trabalho poderão representar para a problemática de reabilitação no meu País um segundo 25 de Abril.

4. Os melhores discursos são sempre os mais curtos. Já me alonguei demasiado para paciências sobrecaçadas com uma semana absorvente trabalho.

Mas são devidos alguns agradecimentos. Desde logo ao Sr. Coronel V. Lobos, que a meu pedido aceitou em continuar o Presidente deste Congresso, quando, por seu expresso desejo, renunciou ao cargo de Secretário Nacional de Reabilitação.

A uma vontade de trabalho como a sua teria podido ser tão limitado tempo a organização deste Congresso.

A Rehabilitation International, na pessoa do seu Presidente e secretário-geral, que asseguraram o brilho durante o seu mandato e acresceram o prestígio aqui bem demonstrado, prestigiosa instituição.

As altas individualidades políticas e científicas, nacionais e estrangeiras, que foram honrar-nos com a sua presença, com destaque para o Presidente da República Portuguesa, e se dignou assistir à cerimónia de abertura.

Aos deficientes estrangeiros e nacionais que estiveram a ensinar-nos que só a vivência dos problemas ensina a dar-nos grato prazer da sua presença e do seu exemplo.

A todos sem excepção, sincero agradecimento ao meu País, do meu Governo e do meu próprio.



Um aspecto da sala do congresso

a Constituição do País Livre que voltámos a ser, inscrevemos nela, como *direito fundamental* dos físicos ou mentalmente deficientes, o pleno gozo dos direitos, e a plena sujeição às obrigações inerente à sua qualidade de cidadãos. Uma única discriminação — mas positiva — essa inerente à sua própria incapacidade.

Mas não apenas isso: inscrevemos na Constituição da República, como *dever fundamental* do Estado, a realização de uma política nacional de prevenção, tratamento, *reabilitação e integração dos deficientes*, bem como de uma *pedagogia de sensibilização* da sociedade quanto os deveres de respeito e solidariedade para com eles.

Eis pois, Senhores Congressistas, que um dos temas do vosso Congresso tem, para nós, a indiscutibilidade e a imperatividade de que se revestem os nossos valores e comandos constitucionais.

3. E de algum modo acabaram, Senhores Congressistas. A partir daí, e a esse respeito, como de muitos outros, Portugal nunca mais foi o mesmo.

Concepções como a de «barreiras arquitectónicas», «planeamento familiar», «diagnóstico precoce» e «aborto eugénico», para só citar exemplos, passaram a ser familiares aos Portugueses.

De repente, demonos conta de que, neste como noutros domínios, a felicidade de que, *se o homem não deve ser abandonado a si mesmo — na exacta medida do papel do Estado — deve no entanto ser preparado para cuidar de si próprio.*

O nosso inveterado fatalismo, somado à instigação perversa da divinização do Estado vulgarizou entre nós a convicção de que, em matéria social, é ao Estado que cabe providenciar.

Também aí se revolucionaram as mentalidades e se

jões, davamo-nos conta de que eram mais difíceis a tranquilidade do sono, a rotina do alheamento, a desumanidade da indiferença. Politicamente, muito mais difícil receber um mandato e prestar honradamente contas dele.

Poderia enumerar aqui — ainda que sem sair do principal — o muito que foi feito ao criar-se o Secretariado Nacional de Reabilitação e através deste; em matéria de abono complementar de família a deficientes; em matéria de suplemento de pensões a deficientes profundos; em matéria de subsídios de educação especial; em matéria de pensões de invalidez para deficientes civis e das Forças Armadas; em matéria de participação em próteses, ortóteses e aparelhos ortopédicos; no domínio de apoios financeiros e fiscais a deficientes; em incentivos à habitação própria de deficientes; em descontos nos transportes públicos; no que diz respeito

Ortopedia Moderna, Lda.

PRÓTESE ORTOPÉDICA

Pernas e Braços artificiais, últimos modelos. Cintas Medicinais / Meias Elásticas / Fundas para Hérnias / Palmilhas para pé chato

Cadeiras e carros para doentes

LISBOA • Travessa da Glória, 28 (junto à Avenida da Liberdade)

Tel. 36 16 10

CONGRESSO INTERNACIONAL

TODA A SUA DIMENSÃO

provocaram saudáveis reacções individuais e colectivas, estas grosso modo institucionalizadas na moldura jurídica de associações ou instituições de solidariedade social. O fundo de samaritanismo e de franciscanismo que há na alma portuguesa reagiu bem a esse apelo de participação social.

A tal ponto que seria fastidioso mencionar aqui tudo o que de novo foi feito por entidades privadas — com ou sem o apoio do Estado — e por este dentro dos constrangimentos financeiros de uma conjuntura de crise.

Acabo de aflorar um outro drama. E esse é o de que, ao reforço da consciência política e colectiva da problemática da deficiência, correspondeu o reforço da tragédia de nos sentirmos impreparados e impotentes para, sem demora, conseguirmos significativo êxito. O risco que logo se desenhava, e persiste, foi o de termos erigido em direitos fundamentais o que ameaçava converter-se em frustrações enormes! Agora que tínhamos consciência de até que ponto a genética produzia livremente mal-formações; a droga e o alcoolismo taras; os acidentes de trabalho e de viação alei-

à profissionalização e trabalho de deficientes.

Gostaria de mencionar aqui algo de significativo de já feito, em matéria de barreiras arquitectónicas. Mas tenho de reconhecer que, o que nesse domínio fez carece de significado.

Um diploma recentemente aprovado deparou com irremovíveis dificuldades de execução. Talvez por nasceu demasiado ambicioso para um mundo e um tempo em que, o mais importante, ainda é o jardim cada um.

Preparamos um diploma mais realista, e por isso mais modesto. Mas preparamo-lo com a consciência de que as casas são para todos, todos os homens, não apenas para satisfazer os caprichos de quem mora nelas.

Por mais exaustiva fosse a enumeração — não se trata disso — sempre para concluir que *que foi feito, é nada em termos de por fazer.*

Infelizmente, não só os constrangimentos financeiros, que são reais. Em parte também porque persistem os calos mentais do passado, e porque nem o Estado se imbuíu ainda de uma vontade política de vencer a rotina, nem os cidadãos autoconvenceram ainda o tamanho do seu egoísmo.

Daí a importância do vosso esforço de sensibilização. Daí o significado da realização do vosso Congresso em Portugal.

Estou convencido de que o vosso encontro e o vosso trabalho poderão representar para a problemática da reabilitação no meu País, segundo 25 de Abril.

4. Os melhores discursos são sempre os mais curtos.

Já me alonguei demasiado para paciências sobrecaçadas com uma semana absorvente trabalho.

Mas são devidos alguns agradecimentos. Desde logo ao Sr. Coronel Vitor Lobos, que a meu pedido acedeu em continuar como Presidente deste Congresso, quando, por seu expresso desejo, renunciou ao cargo de Secretário Nacional de Reabilitação.

A uma vontade de fazer como a sua teria podido ser tão limitado tempo a organização deste Congresso.

A Rehabilitation International, na pessoa do seu Presidente e secretário-geral, que asseguraram o brilho durante o seu mandato e cresceram o prestígio aqui bem demonstrado, prestigiosa instituição.

As altas individualidades políticas e científicas, nacionais e estrangeiras, que o seram honrar-nos com a sua presença, com desagrado para o Presidente da República Portuguesa, que se dignou assistir à cerimónia de abertura.

Aos deficientes estrangeiros e nacionais que estiveram a ensinar-nos que só a vivência dos problemas ensina a dar-nos grato prazer da sua presença e do seu exemplo.

A todos sem excepção o sincero agradecimento meu País, do meu Governo e de mim próprio.

UM MOMENTO MUNDIAL

A DEFICIÊNCIA

«A deficiência está nos olhos dos outros.» Esta afirmação, proferida por um grande deficiente (um homem sem braços, que substitua com a destreza dos pés), foi uma das mais felizes que ouvimos durante a XV Congresso Mundial da Rehabilitation International, que decorreu em Lisboa de 4 a 8 de Junho passado.

Esta máxima (assim se pode chamar) encerra tudo o que de mais avançado existe neste momento sobre a filosofia da integração social dos deficientes. Podemos considerar os diversos temas do congresso — informação, sensibilização, mudança de atitudes, mudança de comportamentos, etc. — como organizando-se à volta desta ideia central.

A deficiência, efectivamente, é muito relativa. O deficiente é-o mais em função dos preconceitos, daquilo que social e culturalmente se estabelece, do que das suas próprias limitações e insuficiências. Esta é uma perspectiva sociológica de considerar o problema dos deficientes relativamente nova e que, a ser explorada, pode permitir avanços até agora considerados impossíveis no domínio da integração social.

Esta máxima foi lançada durante uma reunião especializada, mas não foi desenvolvida nem explorada, constituindo, conjuntamente com algumas outras passagens relâmpago, uma janela que se entreabriu e, por momentos, deixou ver possíveis discursos futuros sobre os problemas dos deficientes, mais centrados nas verdadeiras causas em que assenta a marginalização.

Para já, neste congresso, ainda não se mergulhou nas profundezas desses motivos. As discussões foram, por regra, mornas e pouco ousadas. O ritmo dos debates era imprimido por técnicos, situados num plano diferente do dos próprios deficientes, utentes de um serviço que aqueles lhes prestam — uns na posição de dar, outros na de receber. Este desnível tradicional, entre o plano dos deficientes e o plano dos outros, ainda não foi aqui abolido. Por isso, também nos olhos dos técnicos e teóricos da Rehabilitation International, tal como nos de todos os cidadãos, é que se situa a deficiência, mais do que nos próprios deficientes. Aqui se notou ainda a existência de dois mundos diferentes: o dos deficientes e o dos outros. Misturar esses dois mundos, ou melhor, diluir o mundo dos deficientes no mundo dos outros foi objectivo que a Rehabilitation International ainda não terá inscrito na sua acção. E isso seria o mesmo que retirar a deficiência dos olhos dos outros.

Numa outra discussão especializada vislumbrou-se, por momentos, uma análise aprofundada, para além da rotina. Tratou-se de um debate sobre a terminologia da reabilitação, onde se chegou a pôr em causa a nomenclatura existente sobre os deficientes, começando logo pela própria palavra «deficiente». Mas também aqui, não obstante o contributo especial de alguns deficientes estrangeiros, se regressou logo ao plano rotineiro da discussão, sinal claro da inexistência de vontade, por parte dos técnicos e teóricos presentes, em romper com o «status quo».

Efectivamente, num questionar sério da problemática dos deficientes, terá que se partir desde logo desta perspec-

SECRETÁRIO NACIONAL RECEBEU DIRECÇÃO CENTRAL

A pedido da ADFA, o Senhor Secretário Nacional de Reabilitação recebeu em audiência no passado dia 14 de Junho a Direcção Central da ADFA, que junto do SNR, mais uma vez, apresentou os problemas com que se debatem os Deficientes das Forças Armadas e, ao mesmo tempo, reafirmou o nosso posicionamento quanto ao papel que o Secretariado Nacional de Reabilitação deve desempenhar na definição da Política Nacional de Reabilitação.

Quanto aos problemas específicos dos Deficientes das Forças Armadas, e com realce muito especial, para a reposição da CMRA no Ministério da Defesa Nacional, foi-nos reafirmado pelo Senhor Secretário Nacional de Reabilitação, a necessidade de que tal reposição se efectue, dado que, no SNR não existem dúvidas quanto à obrigatoriedade de ser o MDN a assumir as competências, no que se refere ao equacionamento, encaminhamento e propostas de solução dos problemas específicos dos Deficientes das Forças Armadas.

Aliás, tais competências

nunca deveriam ter saído do MDN, não compreendendo o Senhor secretário Nacional os motivos que levaram o SNR a assumir tais obrigações, estipuladas através do Decreto-Lei n.º 574/80, de 31/12/80.

Apesar de tal questão já ter sido posta superiormente pelo Senhor Secretário Nacional, na sequência da anterior audiência em 1 de Março de 1984, foi-nos garantido um novo empenho do SNR para que esta reivindicação da ADFA se materialize o mais rápido possível, tendo em atenção, que só com a reposição no MDN da CMRA, se torna possível o equacionamento e resolução de problemas que afectam aqueles que no cumprimento do serviço militar se deficientaram, e que o Estado Português, via MDN, não pode enjeitar.

No capítulo das medidas legislativas propostas pelo SNR, tendentes a resolver algumas questões dos Deficientes das Forças Armadas, como a acumulação de pensões e vencimentos, e extensão de alguns direitos dos deficientes em campanha aos deficientes do servi-



ções, davamo-nos conta de que eram mais difíceis a tranquilidade do sono, a rotina do alheamento, a desumanidade da indiferença. Politicamente, muito mais difícil receber um mandato e prestar honradamente contas dele.

Poderia enumerar aqui — ainda que sem sair do principal — o muito que foi feito ao criar-se o Secretariado Nacional de Reabilitação e através deste; em matéria de abono complementar de família a deficientes; em matéria de suplemento de pensões a deficientes profundos; em matéria de subsídios de educação especial; em matéria de pensões de invalidez para deficientes civis e das Forças Armadas; em matéria de comparticipação em próteses, ortóteses e aparelhos ortopédicos; no domínio de apoios financeiros e fiscais a deficientes; em incentivos à habitação própria de deficientes; em descontos nos transportes públicos; no que diz respeito

UM MOMENTO DE REFLEXÃO DO XV CONGRESSO MUNDIAL DA REHABILITATION INTERNATIONAL

A DEFICIÊNCIA ESTÁ NOS OLHOS DOS OUTROS

«A deficiência está nos olhos dos outros.» Esta afirmação, proferida por um grande deficiente (um homem sem braços, que substituiu com a destreza dos pés), foi uma das mais felizes que ouvimos durante a XV Congresso Mundial da Rehabilitation International, que decorreu em Lisboa de 4 a 8 de Junho passado.

Esta máxima (assim se pode chamar) encerra tudo o que de mais avançado existe neste momento sobre a filosofia da integração social dos deficientes. Podemos considerar os diversos temas do congresso — informação, sensibilização, mudança de atitudes, mudança de comportamentos, etc. — como organizando-se à volta desta ideia central.

A deficiência, efectivamente, é muito relativa. O deficiente é-o mais em função dos preconceitos, daquilo que social e culturalmente se estabelece, do que das suas próprias limitações e insuficiências. Esta é uma perspectiva sociológica de considerar o problema dos deficientes relativamente nova e que, a ser explorada, pode permitir avanços até agora considerados impossíveis no domínio da integração social.

Esta máxima foi lançada durante uma reunião especializada, mas não foi desenvolvida nem explorada, constituindo, conjuntamente com algumas outras passagens relâmpago, uma janela que se entreabriu e, por momentos, deixou ver possíveis discursos futuros sobre os problemas dos deficientes, mais centrados nas verdadeiras causas em que assenta a marginalização.

Para já, neste congresso, ainda não se mergulhou nas profundezas desses motivos. As discussões foram, por regra, mornas e pouco ousadas. O ritmo dos debates era imprimido por técnicos, situados num plano diferente do dos próprios deficientes, utentes de um serviço que aqueles lhes prestam — uns na posição de dar, outros na de receber. Este desnível tradicional, entre o plano dos deficientes e o plano dos outros, ainda não foi aqui abolido. Por isso, também nos olhos dos técnicos e teóricos da Rehabilitation International, tal como nos de todos os cidadãos, é que se situa a deficiência, mais do que nos próprios deficientes. Aqui se notou ainda a existência de dois mundos diferentes: o dos deficientes e o dos outros. Misturar esses dois mundos, ou melhor, diluir o mundo dos deficientes no mundo dos outros foi objectivo que a Rehabilitation International ainda não terá inscrito na sua acção. E isso seria o mesmo que retirar a deficiência dos olhos dos outros.

Numa outra discussão especializada vislumbrou-se, por momentos, uma análise aprofundada, para além da rotina. Tratou-se de um debate sobre a terminologia da reabilitação, onde se chegou a pôr em causa a nomenclatura existente sobre os deficientes, começando logo pela própria palavra «deficiente». Mas também aqui, não obstante o contributo especial de alguns deficientes estrangeiros, se regressou logo ao plano rotineiro da discussão, sinal claro da inexistência de vontade, por parte dos técnicos e teóricos presentes, em romper com o «status quo».

Efectivamente, num questionar sério da problemática dos deficientes, terá que se partir desde logo desta perspec-

tiva: O que é um deficiente? Porquê chamar a uma pessoa deficiente?

Quando dizemos que alguém é deficiente, estamos a significar, objectivamente, que essa pessoa não é eficiente, comparando-a com outras, que são eficientes. E pressupõe-se que não é eficiente, na sua globalidade. Ora, quando se diz que uma pessoa é deficiente, há aqui um processo que se desenvolve mais no domínio do imaginário do que do real. Na realidade, o observador reconhece na pessoa apenas uma deficiência, física, mental, sensorial, afectando apenas uma parte dela própria. Mas, dando largas à sua imaginação, toma o todo pela parte, como numa figura de estilo (sinédoque), e considera a pessoa totalmente deficiente.

Não é por mero acaso que isto assim sucede, nem sequer por necessidade de expansão da prodigiosa imaginação de cada um. O que se passa tem uma implicação cultural mais profunda: o significado da deficiência, na nossa cultura, é de tal forma grande que os observadores, na sua visão das coisas, não hesitam em caracterizar as pessoas que as possuem através dela.

Embora o termo «deficiente» seja menos chocante, que outros já caídos em desuso, como «inválido», «incapaz» e «diminuído», ele serve ainda para fazer funcionar este processo de hipervalorização da deficiência, mesmo quando parcial.

Os pequenos meios, em que as pessoas são todas conhecidas na comunidade, são laboratórios extraordinários, onde este comportamento humano poderá ser verificado com facilidade. É o caso, por exemplo da perda do próprio nome por parte do deficiente. O João deixa de sê-lo para passar a ser conhecido por «o cego»; o Manuel, por «o manco» ou «o coxo»; o António, por «o marreco»; o Francisco, por «o maluquinho», etc., conforme a deficiência. A influência da deficiência é, assim, de tal modo determinante que, para os outros, aquele que a suporta perde a sua própria identidade em favor dela.

Não será certamente a alteração da terminologia que irá alterar este estado de coisas. Mas será, contudo, importante, já que funcionará como uma chamada de atenção para algo incorrecto e inaceitável, podendo, pois, influir de certo modo na alteração dos comportamentos. Noutros domínios, tem-se verificado alterações terminológicas sempre que certas designações comportam uma carga negativa exagerada. É o caso, por exemplo, de «velhos», que hoje tendem a ser designados por «pessoas da 3.ª idade». É também o caso de «sopeira» ou «criada», hoje designada por «empregada doméstica». Trata-se de termos que acentuam certas características das pessoas que designam e que, por isso mesmo, se tornam antipáticos e por vezes mesmo com sentido pejorativo.

O caso dos deficientes entra, pois, neste processo, embora, para eles, levado às últimas consequências.

Neste debate do congresso, sobre terminologia, porque, como já referido, não foram ultrapassadas as barreiras da rotina, não chegaram a surgir hipóteses de alternativas viáveis. Registou-se apenas que, de qualquer modo, será preferível dizer «uma pessoa com uma deficiência» do que «um deficiente».

Quando se diz que a deficiência está nos olhos dos outros, significa-se, por conseguinte, que os outros, através do seu olhar, ampliam a deficiência, dando-lhe uma dimensão que ela afinal não tem. É aqui que se situam os alicerces das barreiras sociais. Trata-se de uma perspectiva sociológica da problemática da deficiência, que poderá ser muito produtiva. Geralmente as perspectivas sociológica e psicológica desencontram-se, provocando um desfazamento, que é, em si, o próprio cerne da marginalização. Psicologicamente, o deficiente tem a exacta noção da dimensão da sua deficiência e da relação desta com as suas capacidades restantes, que são sempre muitas, valiosas e susceptíveis de serem ampliadas, sobretudo quando este aceita a sua situação. Sociologicamente, pelo prisma dos outros, tudo é visto inversamente. Enquanto o deficiente, no seu esforço de reabilitação e integração social, tem tendência para sobrevalorizar as capacidades restantes, no sentido de compensar a deficiência, a sociedade, na sua tradição cultural, agiganta a deficiência e minimiza as capacidades restantes.

É deste desencontro, para além de outros aspectos que agora aqui não referimos, mas igualmente importante, que nasce a marginalização e rejeição dos deficientes por parte da sociedade.

As formas de alterar este desencontro, pondo os deficientes e os outros em sintonia, colocando ambas as partes no plano do real e da objectividade, face às coisas, na sua verdadeira dimensão, foram de certo modo abordadas no congresso, já que era exactamente esse o seu objectivo. A informação é a solução, pode-se concluir daí.

Mas, também aqui, a análise continuou a não ser levada às últimas consequências. Uma discussão superficial pode ter levado a concluir que apenas se necessita de mais informação. E, de facto, não é só mais informação que faz falta. Antes da questão da quantidade há que colocar a questão da qualidade. As atitudes e comportamentos dos outros não se alteram se os órgãos de informação, nomeadamente a televisão, fizerem insistentemente referência aos deficientes, mas sem saírem dos modelos tradicionais, apresentando-os como uma realidade à parte de que a opinião pública deve ter consciência. Desta forma estar-se-á a cimentar comportamentos tradicionais, realçando nas pessoas a ideia da diferença e avivando as tendências proteccionistas. Depois de programas deste tipo, as pessoas, ao cruzarem-se com um deficiente na rua, vêem nele ainda mais acentuada a deficiência.

Os programas dos órgãos de informação, especialmente da televisão, terão que ser diferentes, com um sentido pedagógico, procurando atenuar esse desfazamento, atrás referido, entre a sociedade e as pessoas portadoras de deficiências. Terão que ser programas a assumir um certo risco de chocarem ou desiludirem pessoas com tendências e hábitos mais arreigados, fazendo confrontar a sua visão com a dos próprios deficientes. Isto terá, claro, que ser feito de uma forma construtiva e não destrutiva. A solidariedade que, apesar de tudo, as pessoas têm com os deficientes não deverá ser destruída. Tem é que ser objecto de uma orientação diferente. O segredo estará em saber transformar essa solidariedade de efeitos negativos numa solidariedade que resulte positivamente.

Não será, realmente, uma tarefa fácil. Mas é aqui que se situa o campo privilegiado da luta contra a marginalização — na informação.

O mito do mais forte está presente em todo o comportamento humano. Na sociedade em que vivemos, somos preparados, desde pequenos, para entrarmos na competição da vida, onde, em cada momento, necessitamos de nos afirmar como mais fortes e de evitar ser mais fracos. Quando um deficiente se cruza na vida de uma pessoa, esta luta ganha expressão. É uma oportunidade que essa outra pessoa tem para se afirmar ou reconhecer mais forte (face ao deficiente, mais fraco). Esta tendência foi sublimada pelo cristianismo, que a revestiu com um invólucro positivo — a caridade. Durante muitos séculos, a caridade foi um sentimento altamente apreciado, sobretudo pela ideologia dominante. Hoje não o é. Foi, digamos, desmistificado. Esse invólucro opaco em que o cristianismo condensou a tendência de afirmação perante os mais fracos é hoje transparente. O grande poeta popular português, António Aleixo, deixou-nos bem clado, em verso, esse mecanismo: «A esmola não cura a chaga — E quem a dá não percebe — Que ela avilta, que ela esmaga — o infeliz que a recebe».

Há, pois, que transformar essa solidariedade caritativa, negativa, numa solidariedade positiva, devendo, aqui, os órgãos de informação, com programas bem feitos, ir ao fundo das questões, nomeadamente de ordem cultural, contribuindo para alterar preconceitos, corrigir tendências, destruir mitos, enfim, desenvolvendo uma pedagogia correcta, no sentido de que as pessoas passem a encarar os deficientes como seus iguais, também pessoas, com insuficiências (vistas na exacta medida), mas com capacidades enormes e de uma riqueza inesgotável, como é próprio do ser humano.

Poderão, assim, os órgãos de informação contribuir seriamente para que a deficiência deixe de estar tanto nos olhos dos outros.

Estas, para já, algumas considerações que o congresso nos mereceu. Haverá mais e a elas voltaremos.

SECRETÁRIO NACIONAL DE REABILITAÇÃO RECEBEU DIRECÇÃO CENTRAL DA ADFA

A pedido da ADFA, o Senhor Secretário Nacional de Reabilitação recebeu em audiência no passado dia 14 de Junho a Direcção Central da ADFA, que junto do SNR, mais uma vez, apresentou os problemas com que se debatem os Deficientes das Forças Armadas e, ao mesmo tempo, reafirmou o nosso posicionamento quanto ao papel que o Secretariado Nacional de Reabilitação deve desempenhar na definição da Política Nacional de Reabilitação.

Quanto aos problemas específicos dos Deficientes das Forças Armadas, e com realce muito especial, para a reposição da CMRA no Ministério da Defesa Nacional, foi-nos reafirmado pelo Senhor Secretário Nacional de Reabilitação, a necessidade de que tal reposição se efectue, dado que, no SNR não existem dúvidas quanto à obrigatoriedade de ser o MDN a assumir as competências, no que se refere ao equacionamento, encaminhamento e propostas de solução dos problemas específicos dos Deficientes das Forças Armadas.

Aliás, tais competências

nunca deveriam ter saído do MDN, não compreendendo o Senhor secretário Nacional os motivos que levaram o SNR a assumir tais obrigações, estipuladas através do Decreto-Lei n.º 574/80, de 31/12/80.

Apesar de tal questão já ter sido posta superiormente pelo Senhor Secretário Nacional, na sequência da anterior audiência em 1 de Março de 1984, foi-nos garantido um novo empenho do SNR para que esta reivindicação da ADFA se materialize o mais rápido possível, tendo em atenção, que só com a reposição no MDN da CMRA, se torna possível o equacionamento e resolução de problemas que afectam aqueles que no cumprimento do serviço militar se deficientaram, e que o Estado Português, via MDN, não pode enjear.

No capítulo das medidas legislativas propostas pelo SNR, tendentes a resolver algumas questões dos Deficientes das Forças Armadas, como a acumulação de pensões e vencimentos, e extensão de alguns direitos dos deficientes em campanha aos deficientes do servi-

ço, tais propostas encontram-se no MDN, sentido-se o SNR incapaz de algo resolver sobre esta matéria, o que demonstra bem a necessidade da reposição da CMRA, e que implica que o MDN assumam sem ambiguidades a questão dos Deficientes das Forças Armadas.

Quanto a definição da Política Nacional de Reabilitação foi reafirmado pela Direcção Central da ADFA a necessidade de rapidamente ser aprovada a nova Lei Orgânica do SNR, que repõe o seu espírito inicial, que passa obrigatoriamente pela participação dos deficientes no Conselho Nacional de Reabilitação, reivindicação que a ADFA nunca abrandou, e que brevemente será de novo uma realidade, como noutra parte deste jornal se afirma.

No rescaldo da realização em Portugal do 15.º Congresso da RI, que decorreu na FIL no período de 4 a 8 de Junho, a Direcção Central da ADFA defendeu junto do Senhor Secretário Nacional a necessidade de não se deixar morrer um certo impacto na opinião pública que foi provocado pelo 15.º Con-

gresso, cabendo ao SNR o dever, perante o poder constituído e opinião pública em geral, de se assumir como o instrumento do Governo a quem compete a Política Nacional de Reabilitação, as metas que se propõe alcançar, e as esperanças para os cerca de um milhão de deficientes existentes em Portugal.

Sabemos que o SNR dotado da nova Lei Orgânica será incómodo para alguns sectores de estrutura do Estado, que gostam muito de alimentar as suas capelinhas e disso tivemos o ensejo de alertar o senhor Secretário Nacional, garantindo-lhe que por parte da ADFA continuaremos atentos, de molde a que os detractores do SNR não possam levar à prática o que foi conseguido pelo Decreto-Lei n.º 355/82.

desta audiência, ficámos com a impressão de que a actual equipa directiva do SNR pretende avançar com um trabalho sério e consequente, ficando-nos apenas a dúvida, se o Governo, de acordo com o seu programa, terá a vontade política suficiente para passar das intenções aos actos.

COLÓQUIO INFORMAÇÃO E GUERRA COLONIAL

Cesário Borga, presidente do Sindicato dos Jornalistas, efectuou no passado dia 9 de Maio, no Palácio da Independência, um colóquio subordinado ao tema «Informação e Guerra Colonial» de que a seguir publicamos alguns excertos que nos pareceram mais significativos. Pode-se no entanto concluir que o papel da imprensa portuguesa antes do 25 de Abril, foi pouco significativo e que mesmo após essa data, pouco se tem feito, mesmo ao nível de órgãos como a RTP que não dispõe de um arquivo sobre a guerra colonial devidamente organizado de molde a ser utilizado pelo jornalista.

O presidente da direcção da ADFA, afirmou que se torna necessário que os órgãos de Comunicação Social se debrucem mais profundamente sobre esta problemática, desenvolvendo um trabalho sistemático de pesquisa jornalística.

O colóquio «Informação e Guerra Colonial» foi organizado pela ADFA em colaboração com o Sindicato dos Jornalistas. A sessão contou com a presença de cerca de quarenta pessoas, sendo paradoxalmente a ausência mais notada a dos próprios jornalistas, o que comprova a pouca atenção por estes prestada à problemática da guerra colonial e mais particularmente à questão dos deficientes.

O colóquio foi aberto pelo director do «Elo», Lima Cascada, a primeira intervenção coube a Manuel Miranda, membro da direcção central, que começou por afirmar que a censura sufocava a nossa imprensa antes do 25 de Abril mas, que mesmo depois dessa data poucos trabalhos jornalísticos com uma certa profundidade têm sido efectuados. O jornal «Elo» por sua vez também ainda não efectuou um trabalho exaustivo sobre a guerra colonial, embora este assunto se encontre bem patente ao longo dos seus 121 números publicados até agora.

A ADFA dirigiu ainda um apelo aos jornalistas, no sentido de obter da sua parte a necessária disponibilidade para um esforço de trazerem ao conhecimento do povo português a verdadeira dimensão de uma guerra em três frentes que tantos estragos morais e materiais causou.

Manuel Miranda informou ainda que se encontra em fase de formação o Centro de Investigação e Documentação, que poderá vir a apoiar o trabalho dos jornalistas, esperando-se por isso que haja da sua parte toda a colaboração possível.

INTERVENÇÃO DE CESÁRIO BORGIA

Cesário Borga começaria por afirmar que «o problema da guerra colonial é singularmente um dos mais difíceis que um jornalista pode abordar, devido a praticamente não existirem dados.

Não vivíamos num regime normal, nem tivemos uma guerra normal: em países que tiveram guerras da mesma natureza a informação nesses países teve condições para se portar de uma maneira diferente. Penso que é possível a um jornalista francês equacionar melhor o problema, da Informação francesa durante a guerra da Argélia ou mesmo um jornalista norte-americano poder avaliar o posicionamento da Informação do seu país perante a guerra do Vietname do que um jornalista português perante a guerra colonial.»

A Informação teve nesses países possibilidades de se deslocar no teatro de guerra o que não aconteceu em Portugal, «por razões que são obviamente conhecidas: porque a imprensa não era livre mas, também, porque os jornalistas, porque não eram feitos de uma espécie diferente, estavam sujeitos aos mesmos condicionamentos culturais que estava qualquer cidadão».

Cesário Borga continuou, afirmando que apesar de tudo os jornalistas sabiam o que se passava, no entanto, era praticamente impossível fornecer as notícias que se limitavam à publicação dos comunicados oficiais; às «reportagens vistosas, feitas por enviados, antecipadamente preparados para dizer aquilo que convinha; reportagens de partida e chegada dos soldados. A Imprensa habituou-se à guerra. Não conseguiu produzir testemunhos que nos fossem agora úteis.

É a grande Informação, internacional que desempenha algum papel de esclarecimento relativamente à guerra colonial e não a grande Informação nacional. Há algumas pequenas excepções que foram os períodos das campanhas eleitorais em que apesar de tudo a oposição conseguiu passar alguns documentos de análise moderada, sobretudo durante os anos sessenta. É depois da grande vaga da emigração, quando se intensifica o movimento dos desertores, que se publicam alguns documentos importantes.

Durante os primeiros quatro meses de 1974 não foi publicado nada de importan-

te sobre a guerra colonial nos jornais portugueses, excepto umas notícias de ataques a comboios em Moçambique, que possivelmente a censura deixou passar por uma questão de oportunidade —, e os comunicados regulares dos serviços de segurança.

Havia antes do 25 de Abril uma outra via de informação que era clandestina, de alcance relativamente reduzido, mas que ia sendo produzida não conseguindo apurar grandes massas de público. Esta informação clandestina aparece só muito mais tarde, nos finais dos anos sessenta e princípios dos anos setenta. O aligeiramento das técnicas de reprodução contribuiu em grande medida para a difusão deste estilo de informação, A informação especializada sobre guerra colonial só começou a aparecer nos anos setenta. Sem desprimor para as outras publicações, Cesário Borga, considerou que é preciso fazer um destaque ao BAC, que teve influência sobre a intelectualidade, activistas sindicais e mesmo até sobre individualidades, porque é um jornal que publica inteiramente sobre a guerra colonial.

Informação depois do 25 de Abril

A Informação depois do 25 de Abril não é muito intensa mas, começa evidentemente a despertar as pessoas para a realidade da guerra colonial. É uma informação que se preocupa sobretudo com os aspectos

políticos das colónias. A guerra continuou depois do 25 de Abril de 1974, no entanto não assistimos não sei porquê e não me perguntem porquê — a uma vaga de jornalistas que se pudessem ter deslocado aos teatros de guerra.

De facto apesar de a situação política ser completamente diferente o teatro de guerra continuava a ter interesse do ponto de vista paramilitar: Tinha interesse pelos embates que ainda aconteciam; tinha interesse porque se começava a adivinhar a possibilidade de um encontro muito melhor entre os militares e os guerrilheiros. Este período foi pouco noticiado e temos muito poucos documentos e muito poucas reportagens.

Investigação jornalística ou histórica

Há ainda muitas coisas escondidas na memória das pessoas, está longe de se completar o processo jornalístico, há muita pesquisa a fazer e ainda não é altura de passar para as mãos dos historiadores. O envolvimento é aquilo que distingue o historiador do jornalista, disse Cesário Borga, e, esta geração, ainda está envolvida nos acontecimentos. É evidente que já não é a informação do jornal diário, não é a informação pontual, é a informação da realidade, de trazer a realidade ao de cima e de fazer uma reflexão importante sobre ela.

Após a intervenção de Cesário Borga seguiu-se um

período de perguntas e respostas. Entrevieram vários jornalistas e outros assistentes, colocando questões sobretudo relativas a problemas actuais da Informação e especificamente à difusão da problemática da guerra colonial, Cesário Borga respondeu a alguns problemas, realçando o facto de tudo estar por fazer no campo da pesquisa, sendo obrigação da nossa geração deixar informações visíveis. Disse ainda que existe dificuldade em as entidades oficiais permitirem a divulgação de obras que foquem a problemática da guerra colonial como foi nomeadamente o caso da peça de teatro «O Jeep em Segunda Mão», de Fernando Dacosta e o facto de o IPC não ter seleccionado nenhum filme que focasse a temática da guerra. Não é evitando a polémica que se pode avançar..., disse o presidente do Sindicato dos Jornalistas, isso é ainda uma questão fechada na sociedade portuguesa, na intelectualidade portuguesa.

A nova geração poderá ter um papel muito importante e poderá ser mobilizada também por outras iniciativas de carácter cultural.

Temos demasiado respeito à autoridade

Nós respeitamos demasiado um conjunto de interesses, um

conjunto de tabus, que não nos deixam muitas vezes seguir mais além e isso é uma das dificuldades de condicionamento cultural que temos todos e que têm também naturalmente os jornalistas.

A terminar, Cesário Borga mostrou-se esperançado que, embora lentamente, todo o trabalho elaborado ao longo destes 10 anos sobre o problema da guerra colonial, será implementado.

O debate continuaria após a primeira fase de perguntas tendo havido intervenções que orientaram a discussão de problemas mais actuais da liberdade de informação.

Foi criticado o facto de se não ter passado o último programa de «Os anos do século» exactamente porque iria tratar problemas da guerra colonial.

O termo guerra colonial foi também analisado, tendo sido realçado o facto de que este termo começa a ser abandonado por um sector da informação e não é utilizado nos órgãos de informação das Forças Armadas, o que representa um retrocesso relativamente ao 25 de Abril, esta actuação será um sintoma de um complexo de culpa relativamente ao posicionamento de Portugal na guerra.

Os problemas dos jornalistas, as graves dificuldades com que se encontram não são de molde a facilitar uma grande liberdade de expressão e por outro lado o problema da guerra colonial é um problema incómodo.

A ADFA deu um prestimoso contributo ao desenvolvimento desta polémica com a realização deste colóquio — disse em jeito de despedida Cesário Borga.

COMUNICADO DA DIRECÇÃO SOBRE ORIENTAÇÃO DA ADFA

(Continuação da pág. 2)

lítica, que chegam a acusar os Deficientes das Forças Armadas de privilegiados, procurando lançar os deficientes civis contra eles.

A ADFA tem consciência que em Portugal nenhum governo dá espontaneamente nada aos deficientes. Tudo tem que ser duramente conquistado. Com este governo ou com qualquer outro, passado ou futuro. Quanto a isso não há ilusões. Temos uma experiência grande neste domínio. Assistimos já à passagem de todas as forças políticas pelo poder. Nenhum governo, desde os provisórios aos constitucionais, abriu as portas do paraíso aos deficientes.

Nesta luta de reabilitação, a ADFA sente-se, de facto, bastante desacompanhada. As Direcções das Associações

poderiam ter algum poder reivindicativo funcionando como tampão do descontentamento dos deficientes, capitalizando toda a energia e força destes para a luta apátrida, fazendo assim um vergonhoso aproveitamento da sua condição de cidadãos marginalizados, ainda não capazes de se erguerem por si sós para rasgarem os caminhos da integração social. Mas, apesar desta panorâmica pouco animadora, a ADFA, com toda a sua massa associativa bem firme nos rumos que escolheu, mantém-se inabalável no seu propósito de fazer afirmar os deficientes perante a sociedade como seres humanos plenos, livres e senhores do seu destino, sem qualquer tipo de paternalismo ou aproveitamento da sua condição.

DIRECTOR-GERAL DA COOPERAÇÃO RECEBEU DIRECÇÃO DA ADFA

(Continuação da 3ª pág.)

pensões de invalidez e preço de sangue devidas àqueles naturais das ex-colónias.

Foi também afirmado pela ADFA que a vinda para Portugal de naturais das ex-colónias estava a criar situações difíceis de resolver pelo Estado Português, e que se assistia ao seu natural desenraizamento, pela falta de empregos, habitação e o necessário enquadramento social.

Mostrando grande compreensão e receptividade, aquele responsável começou por dizer existir já um acordo com a Guiné/Bissau no domínio protésico, e que estava em vias de ser concretizado um acordo semelhante com a República Popular de Moçambique.

Na sequência da intervenção do Sr. Director-Geral, a ADFA sugeriu que os domínios assistenciais e protésicos fossem criados e desenvolvidos naqueles países, tendo-se colocado à disposição das autoridades portuguesas, podendo integrar uma futura missão de médicos militares portugueses que fariam o levantamento das necessidades daqueles países.

Por outro lado, e ainda neste domínio, sugeriu a vinda a Portugal, de pessoal qualificado da Guiné/Bissau e Moçambique que estagiariam no nosso Centro Oficial de Meios Ortopédicos e que inclusive poderia possibilitar a formação de Técnicos de Próteses e Ortóteses.

O Sr. Director-Geral da Cooperação mostrou grande interesse por esta sugestão da ADFA, solicitando que lhe enviássemos, o mais rápido possível, um «dossier» completo sobre as potencialidades reabilitacionais da Associação.

Foi estabelecido, por fim, face aos graves problemas apresentados e à urgência da sua resolução, o seguinte:

— Levantamento do número de naturais das ex-colónias residentes em Portugal;

— Possibilidade da criação de estruturas assistenciais e protésicas nospaíses africanos de expressão oficial portuguesa;

— Contacto como Instituto de Cooperação Económica para inventário do montante das pensões de invalidez e preço de sangue pagos aos naturais das ex-colónias;

— Necessidade da regulamentação do Dec.-Lei n.º 348/82;

— Necessidade de enviar à R. P. Moçambique e Guiné/Bissau uma missão integrada por médicos militares e outros, com o intuito de fazer levantamento das carências existentes, no domínio assistencial médico e protésico, e finalmente fazer o levantamento das vítimas de guerra que serviram as Forças Armadas Portuguesas no período compreendido entre 1961 e 1974.

— Esperamos que a curto prazo se consigam atingir estes objectivos, que são, antes do mais, a resolução dos graves problemas que afligem os deficientes militares oriundos das ex-colónias.

ORTOPEDIA ACTUAL

Aparelhos ortopédicos, auxiliares de marcha e cadeiras de rodas «UNIVERSAL». Tudo para ortopedia e recuperação

RUA DA MADALENA, 80-B-80-C (Junto à Rua da Conceição)

Tel. 869144 — 1100 LISBOA

CULTURA

TEATRO DA TRINDADE ESTREIA «FILHOS DE UM DEUS MENOR»

NÃO HÁ DUAS PESSOAS IGUAIS

A peça de teatro «Filhos de um Deus menor», de Mark Medoff, vai ser estreada no dia 12 de Julho no Teatro da Trindade e aí estará em cena até 29 de Julho.

Trata-se de um espectáculo de teatro onde a partir da oposição do mundo dos surdos ao mundo dos ouvintes se passa ao conflito entre minoria e maioria, entre normalidade e diferença, e ao problema da comunicação entre as pessoas. Porque se trata de um espectáculo centrado sobre a problemática do deficiente face ao não-deficiente, destinado mesmo a sensibilizar a opinião pública para a situação de uma deficiência específica, a surdez, e aos próprios deficientes, o Elo dedica hoje ao mesmo espectáculo uma chamada de atenção bastante grande, incentivando-se os sócios a irem ao Teatro da Trindade ver esta peça. Para os sócios interessados, vai o DDCD da ADFA organizar uma ida ao teatro no dia 24 de Julho, na qual os inscritos até 20 de Julho terão uma redução de 50% no preço dos bilhetes.

Publicamos em seguida um apontamento breve de uma conversa tida com o encenador Mário Feliciano, dias antes da estreia, e alguns excertos de um texto de Mário Feliciano, extraído do programa da peça «Filhos de um Deus Melhor».

A montagem num palco português de «Filhos de um Deus Menor» surgiu a propósito do XV Congresso da Rehabilitation International, por iniciativa e financiamento do Comissariado para o Congresso.

Linguagem oral e gestual

Conforme nos referiu Mário Feliciano, em conversa após a primeira parte de um ensaio, frente a um cenário que se desdobra em múltiplos planos, o texto da peça supõe uma forma de ser comunicado bastante complexa, porque tem de conju-

gar o código oral com o código gestual. O facto anterior colocou problemas bastante delicados que estão na origem do facto de a peça vir a ser estreado um mês após a realização do XV Congresso da R. I.

Os actores, por exemplo, tiveram que frequentar um curso intensivo de linguagem gestual, ministrado por Ana Cristina e Artur Jorge. A montagem e a encenação também apresentaram dificuldades específicas porque marcar uma cena num palco onde a comunicação é feita pela linguagem gestual tem exigências diferentes, por exemplo, o actor nunca



João Perry, Mariana Rey Monteiro e Teresa Madruga durante os ensaios Produções OFF

pode falar de costas para a plateia.

Personagem principal não fala

A situação de comunicação entre as pessoas ouvintes e surdas é uma constante em toda a peça através do desempenho da protagonista Sara, atingida por surdez profunda, que se recusa a falar pois tem a sua linguagem própria — Sara nunca fala durante toda a peça, vindo o público a seguir o que diz através das pessoas com quem ela entram em diálogo.

Possui assim esta peça a particularidade de se dirigir para o público surdo em particular, de modo que um espectador surdo siga toda a peça havendo momentos do espectáculo que só serão percebidas em todo o seu

pormenor por quem conhece a linguagem gestual.

Devido à especificidade da peça, poder-se-ia perguntar porque não se recorreu a pessoas surdas para o desempenho dos respectivos papéis. Aqui se reflete o atraso do nosso país, onde não há uma escola de actores surdos, tal como em França, tendo aí «Filhos de um Deus Menor» sido representada por três actores surdos. No caso da protagonista (Sara) excluiu-se que alguém amador conseguisse ter capacidade para o desempenho de um papel tão difícil e tão longo. Mesmo no caso dos meio-surdos foi impossível encontrar pessoas que pudessem corresponder, porque não tinham uma articulação suficientemente boa para serem ouvidas em toda a sala.

Deve-se tal em parte ao facto de os grupos de teatro amador de surdos funcionarem na base de espectáculos de mimica.

O problema da comunicação entre as pessoas

Pelo desenvolvimento do texto trata-se primeiro de uma sensibilização para o problema da comunicação vivido pelos surdos, de reconhecer uma realidade diferente da nossa, que tem por detrás uma diferença cultural, uma forma diferente de comunicar, de estar, diferença essa que se articula com o problema de uma minoria.

Visto como um problema de diferença e de uma minoria, é o próprio poder que é posto em causa, porque quem é diferente e minoritário é sempre objecto de discriminação. Há um estatuto de normalidade que é imposto.

A acção da peça desenrola-se através de um percurso metafórico muito interessante. José (professor e depois marido de Sara) é dado como se fosse um Deus — uma vez que ele fala — o seu objectivo é fazer com que Sara fale também. Todo o conflito entre Sara e José é esse conflito de vontades: ela não quer falar e ele quer que ela aprenda a falar, porque só falando se vai inserir dentro do mundo dos ouvintes. Essa luta de vontades é uma luta entre a individualidade de cada um. Vai evi-

denciarse que ninguém tem o direito de fazer alguém igual à sua imagem.

Deixa de ser um texto sobre a deficiência auditiva e passa a estar em foco o problema da comunicação entre as pessoas. Já não é um ser ouvinte e outros que comunicam por gestos. O que se põe no fim da peça é o problema da procura da própria autonomia e de criação de uma relação onde não se estabeleça uma dinâmica de dependência. No fundo, o problema entre José e Sara, ele ouvinte e ela surda, vai remetendo para outros problemas que se verificam em qualquer casal, sem que o problema da surdez exista. E o que o texto diz é que não há duas pessoas iguais.

Actores fazem

amizade com surdos

Desde a aprendizagem da linguagem gestual nas instalações do SNR, pessoas sensíveis como são, não deixaram os actores de procurar penetrar um pouco mais no problema da deficiência auditiva, acabando por vir a criar relações de amizade com pessoas surdas. Pela sensibilização para o problema da comunicação com os surdos, o fundo social da peça, foram os actores os primeiros a ser atingidos. Aguardemos que tal sensibilização se alargue a todos os espectadores.

O grupo de actores que vai pôr em cena a peça de Mark Medoff é constituído por Ângela Pinto, Baptista Rodrigues, Fernando José Oliveira, João Perry, Margarida Rosa Rodrigues, Mariana Rey Monteiro e Teresa Madruga. A encenação é de Mário Feliciano, a cenografia de José Cunha, os figurinos de Vera Castro, a música de Constança Capdeville e a luminotecnia de Orlando Worn.

O autor Mark Medoff é de nacionalidade americana, tendo nascido em 1940. Actor, encenador e dramaturgo, já obteve inúmeros prémios, tendo a peça «Filhos de um Deus Menor» obtido em 1980 o prémio Tony e sido levada à cena pela primeira vez nos EUA, no Longacre Theatre, na Broadway.

PARA «FILHOS DE UM DEUS MENOR»

1. São de natureza muito variada os motivos que podem originar um espectáculo de teatro. O equacionamento dramático de qualquer texto surge em função de uma finalidade bem precisa; tal finalidade, constitui, à partida, a premissa a ser seguida para que um texto deixe de ser só escrito e passe a ser comunicado teatralmente. Com *Filhos de um Deus menor*, Mark Medoff explicita bem claramente a sua intenção dramática; analisar os problemas relacionados com a comunicação entre pessoas que ouvem e pessoas que não podem ouvir.

Todo o texto, que nos é apresentado como uma elaboração mental de uma personagem protagonista — José, se estrutura em função dos inúmeros aspectos que pontualmente se observam em cada momento no contacto com os surdos. O autor realiza assim um discurso dentro de um mundo que é particular, estranho a todos os «ouvintes» (Sara diz a José no I acto: *Eu vivo num mundo em que você não pode entrar. Está fora do seu alcance*). Nesta viagem pelo mundo do silêncio importa menos uma estruturação do texto segundo um fio narrativo lógico do que uma organicidade de momentos emblemáticos, representativos desta ou daquela situação, por sua vez característica da vivência real nesse mundo. »

2. *Filhos de um Deus menor* baseia-se numa dinâmica dramática de conflito: de um lado o mundo dos surdos constituído por Sara, Paulo e Lídia, do outro lado o mundo dos que ouvem: José, Dr. Costa, Sra. Mourão e a advogada Campos. Dois mundos que se contrapõem e cuja

conflitualidade resulta de uma situação social bem conhecida: um deles é minoritário e sofre, por isso, numa posição subalterna, as discriminações impostas pelo grupo maioritário. Por outras palavras: quem ouve e fala tem mais poder do que quem não ouve nem fala.

As personagens parecem-nos também concebidas em função do modo em que o problema do poder interfere na questão da comunicação entre os dois mundos. Sara recusa pragmaticamente o mundo dos ouvintes, ela possui uma língua e uma capacidade de comunicação tão válidas quanto a oralidade. Refugia-se no seu silêncio. Não se quer deixar moldar ao gosto do mundo que não é seu. Recusa aprender a articular as palavras e a fazer leitura labial por motivos que se explicam na sua educação, os traumas profundos de infância que lhe causaram grande sofrimento.

Paulo tem audição residual, tal como Lídia, e por isso consegue articular e fazer leitura labial. Porque não são surdos profundos eles consideram-se «superiores» (os meios-surdos pensam que valem mais do que os surdos. I acto, Sara:). Paulo vê-se como um revolucionário na luta pelos direitos dos surdos, quer ter Sara a seu lado, mas como diz a própria Sara no II acto, quer ela o ajude ou que o siga? Na verdade Paulo ambiciona chegar a uma posição de líder, libertar-se de uma condição de minoria, de discriminação e ascender ao mundo dos ouvintes. Por essa razão ele entra em conflito com Sara e contemporiza com a advogada Campos, que se propõe defen-

der os direitos dos surdos com bastante veleidade. Lídia, por sua vez opta por uma via mais directa, pensa exclusivamente em conseguir as suas metas ainda que à custa da sedução feminina. Desse modo, não observando qualquer tipo de escrúpulos perante a relação conjugal de José e Sara, ela tenta relacionar-se com José, o que para ela constitui uma significativa aproximação do mundo dos que ouvem.

Sara não quer conhecer o mundo dos ouvintes e não quer que estes a conheçam por ter sempre sofrido a dor da incomunicabilidade, devido à sua diferença. No entanto Sara acaba por ter uma relação de amor com José, com quem quer partilhar uma normal vida burguesa, de quem quer ter filhos. José é um ouvinte, terapeuta da fala no Instituto onde se desenrola a acção no primeiro acto. Para Sara ele é igual a todos os ouvintes, pensa-se Deus; quer fazer os outros à sua própria imagem e semelhança, isto é: quer fazê-la falar. Mas José não é só isso; ele anda à procura de uma sua dimensão existencial. Ironiza sobre a sua própria crise. É um burguês não convencido dos valores da burguesia e está disposto a prescindir do seu privilégio de poder. Contrariamente a José, o Dr. Costa, o director do Instituto, é o paradigma do poder institucional conservador. »

A sra. Mourão, mãe de Sara, é a personagem que permite fazer o ponto da situação familiar que está por trás de um caso como o da sua filha. Através dela nós somos informados de toda a série de problemas profundos, graves e definitivos,

que se instalam numa família em que nasce uma criança surda. A sra. Mourão demitiu-se do seu papel enquanto primeiro agente de recuperação da filha. A situação de Sara, a sua ida para o Instituto conduz à crise de um casal que não conseguirá mais reencontrar o seu equilíbrio. A sra. Mourão, então, perde todo e qualquer contacto com a filha. É através de José, da sua relação com Sara, do seu casamento, que mãe e filha se reencontram. Com o status quo de Sara renasce uma afectividade entre mãe e filha que vai proporcionar, mais tarde, um refúgio quando Sara decide abandonar a sua casa.

3. Conflito entre minoria e maioria, entre normalidade e diferença, e não só já entre o mundo dos surdos e o mundo dos que ouvem, é finalmente a questão que este texto procura focar. Mark Medoff dilata assim o âmbito da análise sobre a relação entre o mundo dos surdos e o mundo dos ouvintes e chega ao puro acto de comunicação entre duas pessoas, quaisquer que elas sejam. Quando Sara recusa voltar para casa com José, e decide que não quer ter filhos surdos como ela, é porque compreende que tem que partir à procura de um novo mundo, nem silêncio, nem som, e que também não tem direito de criar alguém à sua imagem e semelhança. Nessa viagem José quer ser o seu companheiro, ele próprio na procura de um espaço onde o gesto ligar signifique estar unidos numa relação em que cada um mantém a sua individualidade.

MÁRIO FELICIANO

A Paz e o sentir de um Deficiente da 1.ª Grande Guerra

Diz-se desarmar, armando
Não compreendo, não entendo;
Nunca se deixou de bater, batendo
É assim que eu defendo
É assim que eu recomendo;
Não argumenta assim o brigão
Porque é essa a sua arte;
Gosta de criar o disparate
ser refilão criar o desastre;
haja pois entendimento
mas à paz defendendo
e não o fogo acedendo;
é isto que recomendamos
Aos Russos, aos Americanos

A. Máximo — 28/10/83

Sócio n.º 629

VIDA ASSOCIATIVA — DELEGAÇÕES

EM ALCOBAÇA ARRANCA UM NÚCLEO DA ADFA

Realizou-se no passado dia 9 de Junho, em Alcobaca, uma reunião seguida de pique-nique com sócios da zona e familiares.

A reunião que teve lugar na Sala da Assembleia Municipal de Alcobaca, foi cordenada pelo presidente da Direcção Central, Lopes Dias e surgiu na sequência de anteriores reuniões e contactos com sócios da Zona e contou com a presença de cerca de trinta sócios.

Projectado o filme «Ecos de uma Guerra» — Documento retrospectivo da História da ADFA — procedeu-se à discussão dos problemas mais prementes com que a Associação se debate, tendo sido unanimemente reconhecido por todos a necessidade da criação de um Núcleo dentro do espírito Estatutário.

Com base nas intervenções, concluiu-se que há bastante abertura por parte das Autarquias Locais e colectividades quanto ao apoio que poderão prestar à criação de um Núcleo da ADFA na Zona, verificando-se por parte dos sócios o empenhamento necessário para dinamizar na área da sua residência a existência do Núcleo, proceder à informação dos restantes sócios e procurar sensibilizar a população para a problemática do deficiente.

É notória, desde algum tempo, a necessidade da criação de um Núcleo naquela zona com significativo número de sócios a fim de dinamizar a coesão e conhecimento mútuo dos sócios e ao mesmo tempo activar canais de informação e ligação com a sede.

Assim, de acordo com a base estatutária quanto à criação de Núcleos, consideram-se criadas as condições para a implantação de um Núcleo na zona abrangendo os seguintes concelhos:

Alcobaca, Batalha, Nazaré, S. Martinho do Porto, Óbidos e Rio Maior.

Os sócios que mais se destacaram nas intervenções são de Alcobaca, Nazaré, Pataias, Benedita, etc.

No fim da reunião foi eleita pelos sócios presentes a comissão instaladora do Núcleo de Alcobaca, a qual ficou constituída pelos seguintes sócios todos residentes em Alcobaca.

Daniel Agostinho da Silva, sócio n.º 97; Manuel Coelho Amaro, sócio n.º 98; António Aniceto V. Figueiredo, sócio n.º 3075; José Vitorino B. Pires, sócio n.º 2819; Sílvio Lourenço, sócio n.º 8132

Os sócios presentes na reunião foram unânimes em concluir que o Núcleo deveria fixar-se em Alcobaca, por ser o ponto geograficamente mais central.

A Direcção Central na sua próxima reunião formalizará a criação do referido Núcleo desencadeando-se depois todo o

processo tendente a permitir à Comissão Instaladora a implantação do Núcleo.

Um dos objectivos da formação de Núcleos é, além de manter viva ao nível local e regional a massa Associativa, desenvolver a participação associativa mantendo os sócios devidamente informados, sensibilizar as populações e transformar cada sócio, cada deficiente num potencial agente da mudança de mentalidades.

Também no dia 9 de Junho, após a referida reunião realizou-se um convívio-pique-nique — em que se juntaram todos os farnéis existentes, tendo-se tragado uns bons pitéus regionais, coelho, doces, etc.

Já no fim da tarde, pelas 16.30 h. procedeu-se a uma visita cultural ao Mosteiro de Alcobaca.

Temos ainda a agradecer à Câmara Municipal de Alcobaca a prestimosa colaboração na cedência da sala para a reunião associativa.

Existe nos sócios residentes nesta zona uma dinâmica associativa que não podemos deixar de louvar.

DIRECÇÃO CENTRAL APROVOU CRIAÇÃO DO NÚCLEO DE ALCOBAÇA

Informa-se que, à semelhança do que foi efectuado com a Comunicação de Serviço n.º 15/83, de 19/05/83, sobre a abertura dos núcleos de Vila do Conde e de Chaves, a Direcção Central na sua reunião deliberou, de acordo com a vontade expressa pelos sócios, criar o Núcleo da ADFA, em Alcobaca.

Assim sendo, transcreve-se esta decisão, exarada em acta, da sua reunião Ordinária de 4/7/84:

«Na sequência de várias reuniões realizadas a partir de 1981, com os sócios residentes na zona de Alcobaca e por vontade manifesta daqueles sócios desde há precisamente um ano, avançou-se para a necessi-

dade da criação de um núcleo, que de acordo com a nova base estatutária pudesse servir de pólo congregador da massa associativa residente em Alcobaca e conselhos limítrofes.

Assim, de acordo com o estipulado no artigo 56.º dos Estatutos, foi decidido criar o Núcleo de Alcobaca, e ratificar a Comissão Instaladora eleita pelos sócios presentes na reunião realizada no dia 9 de Junho, na sala de reuniões da Assembleia Municipal daquela Vila.

O Núcleo abrangerá os Concelhos de Alcobaca, Batalha, Nazaré, Caldas da Rainha, Porto de Mós, S. Martinho do Porto, Óbidos e Rio Maior.

PORTO

AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS COM ISENÇÃO DE IMPOSTOS

Durante o final de 1983 e princípios de 1984, foram levantados pela Alfândega do Porto, problemas aos D. F. A. que pretendiam importar ou adquirir, no mercado nacional, veículos automóveis com isenção de impostos alfandegários, em flagrante violação dos direitos que legalmente usufruem.

A Direcção da Delegação do Porto desencadeou nesse período um conjunto de diligências no sentido de eliminar tais deficiências e anomalias.

Finalmente e após duas audiências tidas com o Director da Alfândega do Porto, podemos informar os sócios que aquela Alfândega irá cumprir integralmente os princípios estabelecidos na legislação em vigor.

Pede-se aos sócios que tenham na Alfândega do Porto processos suspensos a aguardar despacho, o favor de contactarem com os serviços da Delegação do Porto.

FUNCIONAMENTO DOS SERVIÇOS DURANTE AS FÉRIAS

Informamos todos os sócios da área desta Delegação que no mês de Agosto os serviços funcionarão da seguinte forma:

a) O serviço de Apoio Social e atendimento estará aberto todos os dias úteis das 9 h às 17.30 horas, com intervalo para almoço das 12.30 às 13.30 horas.

b) O Centro Oficial de Meios Ortopédicos estará aberto durante os dias úteis, das 9 às 17.30 horas, com intervalo para o almoço das 12.30 às 13.30 horas, para garantir a assistência de eventuais anomalias que possam surgir aos utentes do Centro.

c) O Serviço Administrativo-Financeiro estará aberto todos os dias úteis, das 9 às 18 horas com intervalo para o almoço das 12.30 às 14 horas.

d) Os restantes serviços encontrar-se-ão encerrados para gozo de férias do pessoal.

Solicita-se a compreensão dos sócios e utentes do Centro para eventuais anomalias que possam surgir, decorrentes do facto da Delegação se encontrar a funcionar durante o mês de Agosto com redução de pessoal.

A. D. M. E.

Os sócios da Delegação do Porto, que o desejarem, podem dirigir-se ao serviço de Apoio Social para efeitos de comparticipação da ADME, sendo adoptado o seguinte procedimento:

- Entregam os recibos da A. D. M. E. e assinam o recibo, sendo-lhe enviados, posteriormente, pelo correio, as comparticipações a que tiverem direito.
- Para o efeito terão de pagar o selo do correio.

ADMISSÃO DE ESTAGIÁRIOS NO CENTRO OFICIAL DE MEIOS ORTOPÉDICOS

Avisam-se os interessados, que o Centro Oficial de Meios Ortopédicos do Porto admite, por um período de 3 meses, com início no dia 2 de Setembro de 1984, dois candidatos a estagiários, que se encontrem nas seguintes condições:

- Sócios cujas deficiências sejam compatíveis com o desempenho das funções.
- Filhos de sócios com idade não inferior a 16 anos.

Os candidatos terão que demonstrar aptidão para o desempenho das funções, sendo dada preferência àqueles que apresentem maiores habilitações escolares, e que se encontrem segundo a Ordem de prioridade.

Os estagiários admitidos, receberão um subsídio de aprendizagem, estabelecido.

MEDALHA COMEMORATIVA DO CONVÍVIO NACIONAL

Encontra-se à venda na delegação a medalha comemorativa do Convívio Nacional do X Aniversário da ADFA, sendo o seu custo de 100\$00.

VILA NOVA DE FAMALICÃO

Avisam-se os associados da Delegação de V. N. de Famalicão, de que devido ao gozo de férias do funcionário de Secretaria, esta encontra-se encerrada durante o mês de JULHO de 1984, continuando o funcionamento do BAR durante o referido mês, o serviço de Secretaria, será assegurado pelos membros da Direcção durante o intervalo do almoço, das 13 horas às 14 horas, o pagamento de quotas, será assegurado pelo funcionário do BAR.

SÓCIOS DO CONCELHO DE CASCAIS PROJECTAM NÚCLEO

Na sequência do empenhamento de alguns associados do Concelho de Cascais, realizou-se, na Câmara Municipal daquela Vila, no dia 13 de Abril passado, uma reunião de carácter exploratório, com a finalidade de se criar um núcleo.

Estiveram presentes, além da Direcção Central, Sócios do Concelho de Cascais, concluindo-se, após discussão dos pontos fundamentais, o interesse e

vantagem da criação do núcleo para os associados e também para a divulgação da organização.

Os participantes comprometeram-se a envidar todos os esforços para que o núcleo de Cascais, ainda este ano, seja mais um local onde os sócios possam participar afinadamente na discussão dos nossos problemas, garantindo uma ADFA maior e mais participativa, e ao mesmo tempo,

aproveitar a descentralização, para junto do poder autárquico, contribuir para o equacionar dos problemas dos deficientes em geral e dos Deficientes das Forças Armadas, em particular.

Assim, os sócios da ADFA, em Cascais, poderão vir a dar um valioso contributo na alteração das mentalidades, pois a sua integração só será efectiva, quando os deficientes fize-

rem parte de um todo, a que se dá o nome de sociedade.

Ficou assim agendado, realizar uma reunião com todos os sócios do Concelho de Cascais e limítrofes, em Outubro deste ano.

Aproveitamos para, através do jornal «ELO», agradecermos a gentileza pela cedência de instalações da Câmara Municipal de Cascais, para a realização desta importante reunião.

DELEGAÇÃO DE BRAGANÇA

Informam-se os sócios da delegação de Bragança que por motivo de férias a delegação estará encerrada durante o mês de Agosto.

DELEGAÇÃO DE FARO ENCERRA EM AGOSTO

A Direcção da Delegação de Faro informa os associados da sua área que a Delegação vai estar encerrada durante o mês de Agosto, permitindo assim ao seu funcionário gozar férias pela primeira vez, e aproveitando o período coincidente com o encerramento da Sede para férias.

No entanto, se algum sócio tiver algum problema urgente pode telefonar para o número 22954, de Tavira, nos dias 4, 11, 18 e 25 de Agosto, na parte da manhã, podendo o empregado da Delegação vir a deslocar-se a Faro para o atender, se for necessário.

Sócios falecidos

Faleceu em 17 de Abril Jorge Paiva dos Reis, sócio n.º 634, da Delegação do Porto, devido a doença cancerosa.

Era deficiente das Forças Armadas com 74% de incapacidade e deixa viúva e duas filhas.

Faleceu em 17 de Maio de 1984 Manuel Bernardino Lopes Franco, sócio n.º 63, da Delegação de Castelo Branco, vítima de agravamento de doença contraída em campanha (acidente em coluna militar, paralização do lado direito do corpo e traumatismo craneano).

REALIZE O SEU SONHO!

COMPRANDO A SUA CASA, CARRO, ROULOTTE, BARCO, LAZER, ETC. SEM ENTRADA NEM JURO. SERÁ RAPIDAMENTE ATENDIDO SE CONTACTAR O TELEF. 90 51 37 — PORTO

TRATA ATRAVÉS DO SÓCIO N.º 6567, LUDGERO VARELA

VENDE-SE

RENAULT 16 — AUTOMÁTICO — 1974 IMPECÁVEL — TELEF. 924 34 61

COZINHAS MODELADAS

SEVERINO PINTO CALDAS

(ex-trabalhador da Secretaria)

Vende cozinhas modeladas. Alta qualidade. Encarrega-se da aplicação de papéis de parede e alcatifa.

Telef. 2512742 e 334453

DESPORTO

BASQUETEBO EM CADEIRA «TORNEIO DA PRIMAVERA»

A ADFA apesar de ter ganho ao Alcoitão na última jornada do campeonato perdeu esta competição. Não temos dúvidas em afirmar que fomos derrotados por nós próprios, melhor dizendo pelo fraco material de que dispomos. Como já várias vezes foi afirmado a ADFA é de todas as equipas aquela que possui material mais obsoleto que não permite evoluir no jogo com a velocidade desejável. A velocidade no jogo só se consegue com cadeiras de rodas especiais para o efeito, que é o que acontece com todas as outras equipas.

A responsabilidade de uma equipa de basquetebol é no nosso país muito grande no que concerne à mentalização da população de que o deficiente é uma pessoa com capacidades muito válidas, em vez do «inválido» que subjectivamente lhe foi imposto através de toda uma educação caduca e retrógrada. Assim, se o espectador vir um jogo de basquetebol pleno de vivacidade e vigor isso será para ele mais importante na mudança da sua mentalidade do que ler muita coisa sobre a justiça da reintegração dos deficientes.

A secção de basquetebol da ADFA em particular e o basquetebol em geral tem sido, no nosso país, o maior propagandista das capacidades motoras dos deficientes, é sem dúvida a modalidade mais popular, esperamos por isso que a direcção da ADFA saiba resolver de forma satisfatória o problema do equipamento desportivo, sem o qual se torna inviável a prossecução destas actividades.

Realizou-se no Pavilhão do Estádio Universitário de Lisboa a 23 de Junho a 6.ª jornada do «Torneio Primavera 84» em que se verificaram os resultados:

ADFA, 41-ALCOITÃO, 38
JOANITA, 54-APD, 12

Equipas e marcadores

ADFA — Jorge Neto, António Botelho (11), Vítor Borges (8), Manuel Borges, António Vilarinho (10), Carlos Noivo (8) e Horácio Ferreira (4).

ALCOITÃO — Manuel Palma, António Gordo (4), Armando Batista (12), Manuel Moura (10), William Sousa (4), Raul Mendonça (2), Emílio Pestana e Carlos Arrais (6).

JOANITA — João Cardoso (20), Vítor Taborda (5), Carlos Oliveira (1), Vasco Ferreira, Jorge Almeida (16), Manuel Delgado (12), Fernando Oliveira e Humberto Santos.

APD — António Damião (6), Vítor Silva, Filipe Pereira, Rui Costa (2) Francisco Ângelo e Duarte Silva (4).

Juízes de jogo

Prof. António Martins, Eduardo Alves e Fernando Sequeira.

CLASSIFICAÇÃO FINAL

	J	V	D	MARCAÇÃO	PONTOS
1.º ALCOITÃO	6	5	1	302-138	11
2.º A.D.F.A.	6	4	2	255-144	10
3.º JOANITA	6	3	3	230-140	9
4.º APC	6	—	6	51-416	6

MELHORES MARCADORES

1.º ANTÓNIO BOTELHO	A.D.F.A.	125	Pontos
2.º ARMANDO BAPTISTA	ALCOITÃO	96	»
3.º JOÃO CARDOSO	JOANITA	79	»
4.º JORGE ALMEIDA	JOANITA	70	»
5.º MANUEL MOURA	ALCOITÃO	59	»



A equipa de paralisia cerebral desfilando no Jamor

III ENCONTRO DE DESPORTO PARA DEFICIENTES

Decorreu no passado dia 9 de Junho o III Encontro de Desporto para Deficientes, nas instalações do Estádio Nacional organizado pelo sector de Educação Espe-

Apesar de insistentes pedidos, não nos foi possível obter números concretos sobre a participação dos atletas e dos resultados obtidos.



Este encontro enquadra-se dentro das actividades curriculares do ISEF e os alunos estão sujeitos a avaliação.

cial e Reabilitação do I. S. E. F. Este encontro contou com a participação de várias associações: CRPC, «Joanitas», ADFA, C. M. R. de Alcoitão.

Pedro Morato, informou-nos que foi nomeada uma comissão para analisar a possibilidade de os deficientes puderem vir a frequentar estes cursos que, até agora, estão vedados a qualquer pessoa que tenha a mínima deficiência. Esta atitude representa uma contradição relativamente à política de reintegração seguida por este Instituto.

FUTEBOL CLUBE DO PORTO ABRE AS PORTAS AOS DEFICIENTES

A partir da próxima época os deficientes do Porto vão passar a dispor de uma secção para deficientes num dos três maiores clubes portugueses, o Futebol Clube do Porto.

Pela primeira vez um grande clube se preocupa com esta área, e por este facto nos congratulamos e apresentamos os nossos parabéns a esta colectividade e aos atletas deficientes que a partir de agora poderão orgulhosamente apresentar o cartão deste prestigioso clube em pé de igualdade com todos os outros desportistas.

Por enquanto a modalidade que se irá praticar é a natação, esperemos que se alargue a muitas outras modalidades.

Em Portugal, até este momento, apenas um pequeno clube em Algés, o Joanitas, tinha uma secção de deficientes; o Porto é assim o pioneiro neste estilo de actividades no que diz respeito aos grandes clubes que esperemos lhe venham a seguir o exemplo.

Publicamos seguidamente um artigo que o professor João Rodrigues teve a amabilidade de nos enviar onde nos dá conta de alguns pormenores técnicos desta iniciativa.

A natação no Futebol Clube do Porto

O Futebol Clube do Porto, tem vindo nos últimos anos a prestar apoio aos Centros de Reabilitação, fornecendo-lhes a oportunidade de um trabalho em meio aquático.

No começo do próximo ano lectivo, Outubro de

1984, o Futebol Clube do Porto, vai assumir além das áreas da aprendizagem, competição, manutenção e/ou lazer, este trabalho com bastante brilho no plano nacional, a área reabilitadora ou terapêutica.

Para isso, vão ser abertas

inscrições colectivas (centros de trabalho com deficientes) e individuais, para organizar turmas de trabalho, nas áreas da deficiência:

- Visual
- Mental
- Auditiva
- Motora
- Sensorial

Um corpo técnico, apoiado pelo sector de psicologia, vai oferecer aos cerca de 300 inscritos, as facilidades terapêuticas reabilitadoras para a aprendizagem de uma modalidade por todos reconhecida como benéfica. Mais um passo dado por

um grande clube, que a nível nacional tem dado passos importantes, para resoluções despidas de preconceitos e algo invulgares neste País, tão cheio de impossíveis, onde os dirigentes têm receio de assumir resoluções importantes.

O apoio social a uma camada da população que necessita de vencer no confronto com a mendicidade, a intolerância e as injustiças.

A direcção do F. C. P. não tem descurado na satisfação social dos sócios do clube e não só, mas a toda uma população deste distrito grande e digno, que apoia os seus deficientes.

DEMONSTRAÇÃO DE BASQUETEBO EM CADEIRA DE RODAS NA ESCOLA PREPARATÓRIA NUNO GONÇALVES

No dia 28 de Junho realizou-se, na Escola Preparatória Nuno Gonçalves em Lisboa um encontro desportivo entre as duas equipas de basquetebol da ADFA.

O jogo iniciou-se às 17 horas e tinha como finalidade fazer uma demonstração de um jogo em cadeira de rodas para os alunos daque-

la Escola Preparatória, que receberam as nossas equipas com o maior interesse, carinho e alegria, tentando informar-se junto das desportistas sobre as técnicas utilizadas para realizar o jogo.

O basquetebol em cadeira de rodas estava integrado nas Olimpíadas da Escola Prep. Nuno Gonçalves, uma vez que os nossos alunos do ciclo fazem parte daquela escola.

JOGOS OLÍMPICOS PARA DEFICIENTES PORTUGAL BATEU DOIS RECORDES DO MUNDO E OBTEVE 17 MEDALHAS

Terminaram no passado dia 1 de Julho os jogos olímpicos para deficientes de paralisia cerebral, que decorreram em Nova Iorque.

Os atletas portugueses conquistaram 17 medalhas olímpicas, 9 de ouro, 4 de prata e 4 de bronze — e dois deles Reinaldo Pereira e António Carlos Martins, bateram dois recordes mundiais.

Nos jogos participaram 56 países, com cerca de 1700 atletas, o que realça mais a actuali-

ção dos 15 portugueses presentes.

Registam-se as suas classificações premiadas:

Atletismo — 100 metros: Reinaldo Pereira, medalha de ouro; António Carlos Martins, prata, 200 metros: António Carlos Martins, bronze.

1500 metros: (corta-mato): António Carlos Martins, ouro.

Comprimento: António Carlos Martins, bronze.

4x100 metros: (Paulo Rodrigues, António Carlos Martins, Octávio Silva e Reinaldo Pereira), prata.

1500 metros (corta-mato) femininos: Albertina Cabral, prata.

Ciclismo — 1500 metros: António Silva, prata.

1500 metros: Cândido Leite, bronze.

Ténis de mesa — Paulo Santos, bronze.

BÓCCIA — Equipa formada por António Mateus, Manuel Baltazar e Maria Helena Martins, ouro.

Em futebol Portugal classificou-se em 4.º lugar, batido nas meias-finais pela Grã-Bretanha.

Carlos Noivo



Na escola Nuno Gonçalves os alunos confraternizam com os atletas da ADFA

XV CONGRESSO MUNDIAL DA REHABILITATION INTERNATIONAL DECORREU DE 4 A 8 DE JUNHO EM LISBOA

UM CONGRESSO DIRIGIDO À SOCIEDADE IGNORADO PELA SOCIEDADE PORTUGUESA

«Durante uma semana, Lisboa foi a capital da Reabilitação Internacional». Palavras do ministro de Estado, dr. Almeida Santos, na sessão de encerramento do XV Congresso da Rehabilitation International que decorreu na Feira Internacional de Lisboa, de 4 a 8 de Junho.

Perto de 3000 delegados, vindos de quase todos os países do mundo, participaram neste congresso, onde se discutiram e actualizaram as teorias da reabilitação.

A realização do congresso em Portugal não foi isenta de polémica. O Governo português suportou todas as despesas (fala-se em mais de duzentos mil contos) de uma realização que, sabia-se, seria ignorada pelo País real, e cujos reflexos na forma de encarar os deficientes serão pouco notórios.

À boa maneira tradicional, tratou-se, num país como o nosso, onde os mais elementares passos na integração social dos deficientes estão por dar, de uma obra de fachada. Uma obra bem vistosa, que enaltece sobretudo os seus autores e promotores, mas não tem um correspondente efeito na integração social dos deficientes. É tanto assim é, que, enquanto se gasta aqui uma soma enorme recusam-se meios fundamentais para promover a integração social.

Não se pretende, contudo, concluir que o Congresso não tenha sido positivo. Só se lamenta que os governantes não tenham tomado consciência, há mais tempo, de que a integração social dos deficientes merece um esforço financeiro deste tipo, o que teria permitido que existissem hoje condições para que uma realização deste tipo fosse devidamente acompanhada e aproveitada pela sociedade e pelos próprios deficientes, capazes, tantos aqueles como estes, de assimilar as suas conclusões e de seguir a proceder à sua aplicação.

E foi isso, realmente, que não sucedeu. Os portugueses, incluindo os próprios deficientes, ignoraram o congresso, ou, pelo menos, o que nele foi discutido. Os órgãos de informação, que ainda não adquiriram o hábito de tratar assuntos deste tipo, nem sabem fazê-lo, deram do congresso uma imagem estritamente formal, mostrando-se incapazes de trazer à opinião pública as questões em discussão.

Aos telespectadores, ouvintes da rádio e leitores dos jornais foram facultados como únicos elementos avaliadores do congresso a

presença de individualidades e as palavras de ocasião proferidas, nomeadamente o Presidente da República e o ministro de Estado, para além da central e sempre «brilhante» figura do presidente da organização, coronel Villalobos. Foram, aliás, os próprios órgãos de informação, com esta forma de tratamento, a imprimir o carácter de fachada ao congresso. Passados os formalismos das sessões solenes de abertura e encerramento, os órgãos de informação esqueceram o congresso, como se, de facto, os objectivos da sua realização se tivessem esgotado aí mesmo. Os resultados dos debates, as possíveis

de um maior aprofundamento, se a Rehabilitation International não fosse uma organização muito marcada pela componente tecnicista, com uma participação muito reduzida de deficientes. Em contraste com os temas avançados do congresso, encontrava-se a atitude dos técnicos e teóricos da reabilitação presentes, situados num plano diferente dos próprios deficientes, eles dando e estes recebendo. Trata-se do posicionamento tradicional, que a Rehabilitation International necessita de alterar urgentemente. Esse cariz de benfeitor dos deficientes percorreu todo o congresso, desde os momentos mais solenes aos

Nessa situação estava a maioria dos delegados portugueses, especialmente os deficientes. Isto, só por si, indica que Portugal se empenhou em ter a honra de organizar o congresso, mas preocupou-se pouco com o proveito.

A participação dos delegados portugueses, tanto quantitativa como qualitativa é índice revelador do estado em que se encontra a reabilitação no nosso País. Revela claramente a inexistência de um debate público sobre a integração social.

Os próprios representantes da ADFA pouco mais fizeram que seguir com a maior atenção e interesse o desenrolar dos trabalhos. Também a nossa Associação, tanto internamente como no exterior, tem substituído a discussão dos pressupostos teóricos e da filosofia da reabilitação. Temos funcionado muito por intuição, guiados por um sexto sentido especialmente apurado pelo sentir dos problemas. As potencialidades da ADFA vão muito além disso e poderia tê-lo revelado no congresso, o que não sucedeu. A própria ADFA apresentou-se, assim, fielmente enquadrado no contexto português.

O congresso foi oportunidade para estabelecer contactos e relações a nível internacional

Paralelamente aos debates, foram apresentados vários filmes e diaporamas sobre deficientes, incluindo um festival de cinema com trabalhos de vários países, tendo, no final, sido apurados as melhores obras, que foram galardoadas.

A ADFA organizou, com o apoio do Estado Maior do

Exército, um diaporama, que foi apresentado numa das salas de projecções, sobre a história da Associação e as actividades que vem desenvolvendo. Manteve ainda, conforme referido no último número, um stand permanentemente aberto, com dados alusivos à Associação e informações aos congressistas. Estes manifestaram um grande interesse pela ADFA, tendo, muitos deles, procurado inteirar-se directamente da organização dos deficientes das Forças Armadas em Portugal. Foi neste âmbito que foram estabelecidos diversos contactos internacionais, quer com representantes de Associações de deficientes de outros países, quer com responsáveis de organismos de reabilitação estrangeiros, os quais poderão vir a ter um grande interesse no futuro.

A técnica também esteve presente

No pavilhão da FIL encontravam-se diversos stands com material de compensação e apoio para deficientes em exposição. De entre esse material, encontravam-se algumas das inovações mais recentes, desde cadeiras de rodas com motores eléctricos até máquinas falantes para cegos, revelando a importância da técnica no processo da integração social dos deficientes. Isto no átrio, enquanto nas salas as discussões se centravam mais na vertente social, complementando-se, assim, os dois aspectos.

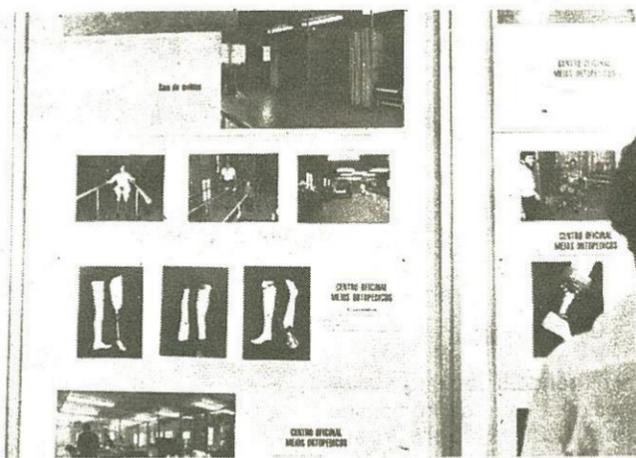
O congresso encerrou sem conclusões

Na sessão de encerramento esperava-se que fossem lidas as conclusões fundamentais do congresso,

o que não aconteceu propriamente. Duas intervenções neste domínio não deram conta das discussões havidas, mas sobretudo de mais uma visão pessoal. Embora não estando por dentro da organização, parece-nos que teria sido possível apresentar aí formalmente as grandes conclusões do congresso, em função dos debates nas várias salas, e não remetê-las para publicação a enviar posteriormente aos participantes.

A sessão de encerramento foi presidida pelo ministro de Estado, dr. Almeida Santos, que, no nosso entender, através do seu discurso marcou um dos pontos altos da congresso. O discurso do ministro de Estado (membro do Governo de quem depende o Secretariado Nacional de Reabilitação) foi um autêntico discurso de Estado, em que este assume os deficientes que tem, os problemas que os afectam e a obrigação de encontrar as soluções necessárias, embora dentro dos condicionamentos existentes. Noutro local deste número, publicamos na íntegra o discurso do dr. Almeida Santos.

A sessão de encerramento foi, por conseguinte, abrihantada sobre tudo pela discurso do Governo português. A não apresentação de conclusões e a troca de «piropos» entre presidente cessante e o novo presidente da Rehabilitation International (a tónica desta sessão) são indicadores da dominante confraternizadora de congressos deste tipo, onde o convívio e o interesse turístico não raro se sobrepõem aos debates sérios sobre a reabilitação. De qualquer modo, para quem seguiu com atenção aos discussões, existem muitos ensinamentos que agora poderão e deverão ser aplicados. Falta saber por quem, como e quando.



Aspecto do stand da ADFA no congresso

novas teorias encontradas, enfim, as conclusões, o que realmente tem interesse e deveria ser razão de tão grande movimentação já não souberam tratar e noticiar.

Assim, enquanto no congresso se discutia a mudança de atitudes face aos deficientes, enquanto o Governo gastava 200 000 contos, as dominantes retrógradas atitudes da sociedade portuguesa não sofriam qualquer beliscão.

Vamos ver agora, a nível dos próprios órgãos e serviços oficiais da reabilitação, o aproveitamento que se vai fazer dos ensinamentos obtidos, tanto junto da sociedade como dos próprios deficientes.

A participação dos deficientes foi reduzida

Noutro local deste número referimo-nos, com algum desenvolvimento, ao conteúdo dos debates. Debates que, apesar de terem uma marca essencialmente técnica e mesmo burocrática, se revestem de especial interesse para o nosso País, onde, no nosso entender, o processo de integração social deve privilegiar a relação entre o deficiente e a sociedade, o que foi, de facto, o tema central do congresso.

Este tema, bastante ousado, poderia ter proporcionado

mais operacionais. É de realçar que, quando os deficientes entravam nas discussões, notava-se uma diferença qualitativa, atingindo aí os trabalhos outro interesse e outra profundidade. Pena foi, de facto, que a esmagadora maioria dos congressistas fossem não deficientes. Mas, como já referido atrás, noutro local deste número, dedicamos o devido espaço ao conteúdo do congresso.

Portugal teve a honra de organizar o congresso, mas não obteve o proveito da sua realização

A participação portuguesa foi bastante reduzida, quer a nível de comunicações, quer a nível de debates. Para além de algumas intervenções mais de fundo de alguns profissionais da reabilitação, especialmente do Secretariado Nacional a participação portuguesa ficou muito aquém do que seria de esperar do país anfitrião. Para isso teria contribuído a barreira da língua.

Apenas numa sala existia tradução simultânea (e nem sempre). Nas restantes, quem não entendesse e falasse fluentemente inglês estava privado de acompanhar as exposições e participar activamente nos debates.



Um aspecto do plenário do Congresso